

**COMISSÃO DA VERDADE**

**PRESIDENTE**

**DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT**

**07/03/2013**

**COMISSÃO DA VERDADE.**

**BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.**

**07/03/2013**

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. Audiência pública sobre o caso das mulheres paulistas desaparecidas no Araguaia.

Helenira Rezende de Souza Nazareth, Luiza Augusta Garlippe, Maria Lucia Petit da Silva, Suely Yumiko Kanayama. São Paulo, 07/03/2013 auditório Teotônio Vilela.

Está instalada a 18ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva no dia 07/03/2013 na Assembleia Legislativa no auditório Teotônio Vilela para oitiva de depoimento sobre os casos de Helenira Rezende de Souza Nazareth, Luiza Augusta Garlippe, Maria Lucia Petit da Silva, Suely Yumiko Kanayama, mulheres paulistas desaparecidas no Araguaia. Esclarecemos que a Comissão da Verdade pretende realizar todas as audiências abertas ao público em contraposição da Comissão Nacional que faz as suas audiências fechadas.

Com a presença do Deputado Ulysses Tassinari e Adriano Diogo, damos início aos nossos trabalhos. Primeira parte, leitura do documento ‘Verdade e Gênero’. Com a palavra, Amelinha.

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES** – Bom dia. Esse texto nós vamos ler durante o mês de março. E acho que todas as audiências que tiverem casos de mulheres.

Verdade e Gênero.

De modo que para contar minha história, aqui estou. Vocês me escutam falar, mas me escutam sentir? Gertrude Comar, escritora judia assassinada na Auschwitz.

A Comissão da Verdade tem como dever investigar as graves violações de direitos humanos ocorridas durante o período da ditadura militar, 1964-1985. A repressão política da época não poupou mulheres e homens que ousaram discordar, divergir, protestar ou ir contra a ordem ditatorial. Enfrentar os desmandos, os autoritarismos, as atrocidades e brutalidades do estado de terror implantado a partir de 1964. A violência empregada pelo Estado impôs a ferro e fogo o silêncio, a censura, a insegurança, incerteza, o pânico e o medo. Impôs para muitas pessoas o exílio, a clandestinidade, o isolamento social e político. Os militantes políticos viviam sobtensão intensa. Risco de sequestro, tortura, assassinato e pairava a figura sinistra do desaparecimento forçado. Há uma lista de pelo menos 500 pessoas mortas, assassinadas pela ditadura. Dentre elas há aquelas cujos corpos não foram entregues para que seus familiares pudessem sepulta-los. As desigualdades históricas entre homens e mulheres foram reelaboradas e aprofundadas pela ditadura que não admitia em nenhuma hipótese que mulheres desenvolvessem ações não condizentes com os estereótipos femininos de submissão, dependência e falta de iniciativa. As mulheres militantes políticas da época subverteram a ordem patriarcal tão solidamente acomodada na ideologia ditatorial. Ao ingressarem para as lutas da agressão política das mais diversas maneiras, as mulheres pegaram em armas ou apoiaram ações políticas de protesto, armadas ou não, mantiveram a segurança de aparelhos que escondiam a militância e o material de luta, participaram da imprensa clandestina, escreveram, fizeram funcionar as gráficas e distribuíram as publicações produzidas de forma artesanal e em condições muito precárias. Cuidaram da saúde e da militância de familiares. Tiveram suas crianças na clandestinidade e nas prisões. Viram suas crianças expostas às sessões de torturas, ameaçadas ou mesmo torturadas. Sofreram abortos dolorosos devido aos espancamentos e chutes dos torturadores.

Foram impedidas de amamentar seus bebês nos cárceres, menstruaram de formas excessivas ou escassas conforme as sessões de tortura. Foram estupradas e sofreram violência sexual. Tiveram seus corpos nus expostos para os torturadores espancá-los, queimá-los com pontas de cigarros ou com choques elétricos, enfiar fios elétricos em suas vaginas e anus, arrebentar seus mamilos e cometer estupros.

Houve militantes que foram assassinadas, cujos cadáveres em muitos casos encontram-se desaparecidos até os dias atuais. Muitas dessas mulheres foram levadas a morte por um assassinato friamente calculado, com atos de estupro, mutilação inclusive genital. Outras foram assassinadas com o uso da coroa de cristo como era chamado um método de tortura que por meio de emprego de uma cinta de aço apertava-se o crânio até esmagá-lo. Outras foram mortas em acidentes estrategicamente planejados como foi o caso de Zuzu Angel que denunciou insistentemente o desaparecimento de seu filho, Stuart Angel Jones. Outros enlouqueceram como resultado de tamanha dor e perseguição policial.

Houve muitas e muitas que lutaram pelo anonimato. Para que se alcance a verdade, a história terá que trazer a tona participação. Ao buscar a verdade, a Comissão da Verdade deve analisar os fatos e suas circunstâncias, em uma perspectiva de gênero, ou seja, considerando que as desigualdades entre os sexos levaram a consequências e sequelas distintas entre mulheres e homens em decorrência das brutalidades cometidas pela ditadura militar.

Só assim a história poderá fazer justiça às mulheres, a parcela mais esquecida e menos visível da humanidade. Não basta ouvir as mulheres. Será preciso senti-las em toda a dimensão das suas ações. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Agora a Vivian vai ler um texto sobre a Guerrilha do Araguaia. O Paulo. Com a palavra, Kobayashi.

**O SR. PAULO KOBAYASHI** – Bom dia a todos e todas. Eu vou ler um texto do livro ‘Dossiê ditadura mortos e desaparecidos políticos no Brasil, 1964 a 1985’ que faz uma breve descrição sobre a Guerrilha do Araguaia.

‘A Guerrilha do Araguaia. No sudeste do Pará em abril de 1972 teve início a repressão aos militantes do PCdoB, que organizavam as bases do que ficaria conhecido como a Guerrilha do Araguaia. Desde 1966 os guerrilheiros começaram a instalar-se na região, uma área de cerca de seis mil e 500 metros quadrados com aproximadamente 20 mil habitantes. O Governo ditatorial utilizou homens do Exército, Marinha e Aeronáutica, da Polícia Federal e das Polícias Militares do Pará, Goiás e Maranhão para combatê-los. Foram mobilizados cerca de sete mil militares para reprimir três Destacamentos constituídos por 73 guerrilheiros. Após duas derrotas das tropas regulares, as Forças Armadas iniciaram a 3ª campanha em outubro de 1973, depois de um ano recolhendo informações na região, passaram a utilizar homens do serviço de informação treinados para combate nas selvas, em ações de serviço com as tropas.

Nessa fase, as forças armadas executaram todos os prisioneiros. Alguns corpos foram decapitados e enterrados em bases militares. Foram assassinados 59 guerrilheiros e pelo menos 17 moradores da região. Sem que nenhuma comunicação fosse enviada aos seus familiares. Os Governos dos Generais Garrastazu Médici e Ernesto Geisel decidiram extirpar da história não apenas os corpos dos guerrilheiros e suas memórias, mas os próprios acontecimentos. Utilizaram na selva os procedimentos do combate à Guerrilha urbana. Nas cidades, entretanto, houve preocupação em poupar a população. No Pará, ao contrário, grande parte da população foi aprisionada tendo sido criados verdadeiros campos de concentração com a utilização de tortura generalizada. A região foi bombardeada com napalm e as plantações e árvores frutíferas incendiadas. Jarbas Passarinho, Coronel da Reserva e por duas vezes Ministro da Ditadura, definiu a Guerrilha como uma guerra suja.

Para ele havia um forte motivo para manter o silêncio a respeito, pois ‘a divulgação disso na medida, por exemplo, em que uma Guerrilha de Xambioá durasse um ano para ser combatida. Ela poderia pelo noticiário feito a respeito dela, induzir a ações semelhantes a grande massa desconheceu pura e simplesmente o assunto e sobre ela não se fez o efeito multiplicador da propaganda’.

Os fatos que envolveram o combate da Guerrilha do Araguaia foram totalmente censurados e estiveram ausentes da imprensa entre setembro de 1972 e julho de 1978. A Guerrilha foi derrotada no fim de 1974, mas somente quando acabou a censura prévia em 1978 a imprensa alternativa passou a resgatar sua história. Todos os guerrilheiros, com exceção de Maria Lúcia Petit, cujos restos mortais foram identificados em 1996, embora tenham sido reconhecidos pela União como mortos em 1995, com a Lei dos Desaparecidos são ainda hoje, desaparecidos políticos, uma vez que seus corpos permanecem em locais ignorados. Por muito tempo, a única informação existente sobre os desaparecidos da Guerrilha do Araguaia, foram as do relatório do dirigente Ângelo Arroyo, que conseguiu sair da região do conflito em 1974. Arroyo, todavia foi assassinado junto com os diligentes do PCdoB, Pedro Pomar e João Batista Franco Drummond quando houve a operação conhecida como Massacre da Lapa, em dezembro de 1976.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Em seguida, nós vamos passar a leitura do memorial das quatro. Você que vai fazer a leitura, Thais? Vamos lá. Faz pela ordem. Da Helenira, Luiza, Maria Lucia e Suely, é isso?

Depois eu vou, quando a gente compuser a mesa, a gente faz... Está aqui o Deputado Alcides Amazonas, companheiro do PCdoB. Está aqui essa pessoa incrível. Vamos lá. Thais.

**A SRA. THAÍS BARRETO** – Bom dia a todos.

Primeiro a Helenira Rezende de Souza Nazareth. Desaparecida em 29/09/1972. Data de nascimento, 11/01/1944. Local de nascimento, Cerqueira Cesar, São Paulo Brasil. organização política, PCdoB.

Dados biográficos. Helenira Rezende de Souza nasceu na pequena cidade de Cerqueira Cesar no interior de São Paulo e era filha de Adalberto de Assis Nazareth e Euthália Rezende de Souza Nazareth.

Muito pequena, mudou com a família para Assis. Nessa cidade, passou parte da infância e toda a adolescência, vindo a concluir o curso clássico na Escola Professor Clibas Pinto Ferraz. Foi jogadora na seleção de basquete de Assis, onde destacou-se por ser uma excelente atleta. Não por acaso foi também medalhista na modalidade salto a distância. Desde cedo, preocupava-se com questões sociais e dedicava-se ao estudo do marxismo. Tais fatos certamente contribuíram para que fosse uma liderança no movimento estudantil de sua cidade, tendo sido a primeira Presidente e fundadora do grêmio estudantil da escola Professor Clibas Pinto Ferraz. Transferiu-se para São Paulo capital, onde começou a cursar Letras na Faculdade de Filosofia da USP, a época na Rua Maria Antonia. Novamente destacou-se como líder estudantil além de colocar em circulação posições avançadas para o período. Chegou a ser Vice-Presidente da UNE em 1968. Nesse ano foi presa no 30º congresso da UNE em Ibiúna, São Paulo, levada para o Presídio Tiradentes, foi transferida para o Dops onde foi jurada de morte pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury.

Helenira foi solta por força de habeas corpus. Nesse momento em diante sua vida se deu na clandestinidade, vivendo em diversos locais até ir para o Araguaia. Ali integrou o Destacamento A da Guerrilha, quando foi morta enfrentando o aparato repressivo do regime militar.

Por conta de sua coragem e liderança, o Destacamento onde atuava passou a chamar-se Destacamento Helenira Rezende. Segundo a família, Helenira era tratada como Nira pelos familiares. Os colegas de USP chamavam-na de Preta. Os companheiros do Araguaia, de Fátima.

Dados sobre sua prisão e desaparecimento. Integrante do Destacamento A da Guerrilha, onde usava o nome de Fátima, Helenira fazia parte do grupo emboscado por fuzileiros navais em 29 de setembro de 1972.

Ferida no tiroteio e metralhada nas pernas recusou-se a entregar a localização dos companheiros aos militares e foi torturada e morta a golpes de baioneta. Sobre sua morte o Relatório Arroyo escrito pelo diligente do PCdoB Ângelo Arroyo que escapou

ao cerco militar na região em 1964, assim a descreveu. No dia 29 de setembro houve um choque no qual resultou a morte de Helenira Rezende. Ela juntamente com outro companheiro estava de guarda no ponto alto da mata para permitir a passagem sem surpresas, de um grupo do Destacamento. Nessa ocasião vinham tropas e como essas achassem a passagem perigosa, enviaram batedores para explorar a margem da estrada, precisamente onde se encontrava Helenira e o outro companheiro.

Esse quando viu os soldados, acionou a metralhadora que não funcionou. Ele correu e Helenira não se deu conta do que estava ocorrendo. Quando viu os soldados estavam diante dela. Helenira atirou com uma espingarda 16, matou um. O outro soldado deu uma rajada de metralhadora que a feriu. Ferida, sacou o revólver e atirou no soldado, que deve ter sido atingido. Foi presa e torturada até a morte. Elementos da massa dizem que seu corpo foi enterrado em um local chamado Oito Barracas.

Além disso, a sua morte foi citada no comunicado seis das forças guerrilheiras do Araguaia, nas fichas encaminhadas anonimamente para o jornal O Globo em 1996 registra-se, foi morta no dia 28 de setembro de 72 no Pará.

Outro relatório dessa vez assinado pelo Comandante da 3ª Brigada de Infantaria, General Antonio Bandeira há uma certa altura diz, ação de patrulhamento em 28 de setembro de 72 executada por um GC na região do alvo, teve como resultado a morte da terrorista Helenira Rezende de Souza Nazareth, Fátima, DST A, Grupo Metade.

Em outro documento produzido pelos órgãos militares, no relatório da Operação Sucuri Helenira é registrada como morta, no entanto, nele está registrado seu nome falso, Fátima.

Diversos presos políticos denunciaram o assassinato de Helenira. Elza de Lima Monnerat denunciou que seu assassinato se deu sob tortura após ter sido baleada nas pernas. Danilo Carneiro, um dos primeiros guerrilheiros a ser preso pelo Exército afirmou ter visto na prisão slides de corpos mutilados de guerrilheiros e álbuns de fotografias que lhes era mostrado pelo Exército para que ele os identificasse. Carneiro afirma ter visto fotos de diversos corpos, entre eles o de Helenira.

Regilena Carvalho de Leão de Aquino, em depoimento do processo movido pelos familiares de desaparecidos da Guerrilha do Araguaia, na 1ª Vara da Justiça



Federal, esse processo é o mesmo do depoimento de Danilo Carneiro, afirmou que o General Antonio Bandeira disse-lhe da morte de Helenira Rezende. Por fim, moradores da região onde se deu o assassinato de Helenira em depoimento ao Ministério Público Federal, afirmavam ter conhecimento da morte de Helenira.

O relatório parcial da investigação sobre a Guerrilha do Araguaia do Ministério Público Federal de janeiro concluiu, Fátima, Helenira Rezende foi vista por um depoente baleada na coxa e na perna, sendo carregada em cima de um burro de um morador da região, próximo a localidade de Bom Jesus. Outro depoente disse que Fátima foi vista na base de Oito Barracas. E um terceiro conta que ouviu falar de Fátima chegando já morta em oito barracas em função de um ferimento. Em um relatório aparentemente oficial há registro de que Fátima teria sido morta em setembro de 1972.

Providências posteriores. Seu nome consta na lista de desaparecidos políticos do Anexo Um da Lei 9140/95. Em sua homenagem a cidade de São Paulo e Campinas deram seu nome às ruas situadas nos bairros Cidade Ademar e Grajaú na capital paulista, e Vila Esperança no interior do Estado. E a cidade de Guarulhos também deu seu nome a uma de suas ruas. As informações foram tiradas no dossiê ditadura, mortos e desaparecidos políticos do Brasil, 1964-1985.

No ano de 2012 a Associação de Pós Graduandos da USP decidiu prestar homenagem a Helenira e ao seu passado de lutas por um outro Brasil, batizando a entidade com seu nome. Helenira Preta Rezende, Associação dos Pós Graduandos da USP capital. Um folder produzido pelos Pós Graduandos da USP para o ato de repaginação da APG cujo nome passou a ser APG Helenira Preta Rezende.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Thais, agora vamos passar para o memorial Luiza Augusta Garlippe. Pessoal, muita conversa, muito desrespeito. Nós estamos falando de biografia e tem gente falando, telefonando no fundo da sala. Por favor, vamos respeitar o memorial dessas quatro companheiras, que é um momento raro em que a gente consegue falar com seriedade aqui nessa casa.

Com a palavra, Vivian.

**A SRA. VIVIAN MENDES** – Bom dia a todos e todas. Sou Vivian Mendes, sou assessora técnica da Comissão da Verdade.

Luiza Augusta Garlippe Tuca, desaparecida em junho de 1974. Nasceu dia 16 de outubro de 1941 em Araraquara São Paulo. Organização política, PCdoB. Era integrante do Destacamento B da Guerrilha do Araguaia.

Dados biográficos. Luiza nasceu em 16/10/41 em Araraquara. Filha de armando Garlippe e Durvalina Santomo Garlippe. Estudou até o fim do curso científico em Araraquara e mudou-se para a cidade de São Paulo onde fez o curso de Enfermagem na USP, formando em 1964.

Em seguida passou a trabalhar no HC chegando à enfermeira chefe no Departamento de Doenças Tropicais, assunto em que se especializou, fazendo inclusive algumas viagens ao Amapá e ao Acre. Participava da associação dos funcionários do HC, distribuía panfletos e organizava os colegas de trabalho. Com seu companheiro, Pedro Alexandrino que também desaparecera em 04/08/74, foi viver na região do rio Gameleira, próximo ao rio Araguaia onde desenvolveu intenso trabalho relacionado à saúde, destacando-se como parteira. Com o nome do guerrilheiro João Carlos Ra Sobrinho integrou a Comissão Militar, sendo responsável pelo setor de saúde.

Dados sobre sua prisão e desaparecimento. Foi vista viva pela última vez por seus companheiros em 25 de dezembro em 1973 em um acampamento próximo a Serra das Andorinhas, quando houve intenso tiroteio contra eles. De acordo com o Relatório Arroyo, documento escrito pelo diligente Ângelo Arroyo que escapou do cerco militar, a região da Guerrilha no início de 1974. Seu irmão, armando Garlippe Junior contou que a família a viu pela última vez no início de 1970 ‘posteriormente fomos perdendo contato. Não sabíamos onde ela estava. Pensamos que ela pudesse estar presa. Às vezes chegavam informações desencontradas sobre o seu paradeiro, alguns diziam que ela estava no exterior, outros falavam que ela se encontrava no Nordeste. Só muito tempo depois fomos saber sobre o Araguaia, na verdade naquela época a comunicação era difícil, a força da repressão nos vigiava’.

O relatório do Exército encaminhado ao Ministro da Justiça Mauricio Correia em 1993 afirma que é considerada desaparecida desde o mês de maio de 74. O relatório do Ministério da Marinha diz que teria sido morta em junho de 74. Providências posteriores. Em sua homenagem a cidade de Campinas, São Paulo, deu o seu nome a uma rua no bairro Vila Esperança. A cidade de Santo Andre também em São Paulo deu o seu nome ao PROCON local.

A Comissão de Direitos Humanos de Araraquara tem o seu nome. Há também ruas que levam o seu nome no bairro de Itaim Paulista em São Paulo e no bairro da Paciência no Rio de Janeiro.

Seu nome consta na lista de desaparecidos políticos do Anexo Um da Lei 9.140/95.

Na Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos o caso de Luiza foi protocolado com o número 058/96. A fonte dessas informações é o dossiê ditadura, mortos e desaparecidos políticos do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Vamos lá. Agora família Petit. Vamos falar da Maria Lucia hoje. Maria Lucia Petit da Silva.

**A SRA. THAÍS BARRETO –** Maria Lucia Petit da Silva. Desaparecida em 16 de junho de 1972. Data de nascimento, 20/03/1950. Local de nascimento, Agudos, São Paulo, Brasil. organização política, PCdoB.

Dados biográficos. Era filha de José Bernardino da Silva Junior e Julieta Petit da Silva. Era irmã de Jaime Petit da Silva e Lucio Petit da Silva. Ambos são desaparecidos políticos do Araguaia. Coursou o primário, o ginásial e os dois primeiros anos do curso normal em Duartina, São Paulo, vindo a concluí-lo em São Paulo no instituto de

educação Fernão Dias no bairro de Pinheiros em 1968 quando participou do movimento estudantil secundarista.

Em 69 prestou concurso público para o magistério e passou a lecionar na Escola Tenente Aviador Frederico Gustavo dos Santos, na Vila Cachoeirinha na Capital Paulista. No início de 1970 como militante do PCdoB foi para o interior de Goiás e logo após para o sudeste do Pará. Maria Lucia se dedicou ao magistério e ao trabalho na roça conquistando grande simpatia dos moradores da redondeza.

Dados sobre sua prisão e desaparecimento. Em 1972 o Exército brasileiro cercou a região de atuação dos guerrilheiros, com o emprego do seu forte aparato militar onde se encontrava Maria Lucia. Segundo depoimento de alguns sobreviventes, em 16 de junho de 1972 ao se aproximar da casa de um camponês Maria Lucia foi fuzilada por tropas do Exército sob o comando do General Antonio Bandeira, da 3ª Brigada de Infantaria.

Dos documentos que relatam o fato. O Relatório Arroyo escrito por Ângelo Arroyo, diligente do PCdoB que conseguiu escapar do cerco militar na região em 1974, descreveu sua morte. Em meados de junho três companheiros dirigidos por Mundico, Rosalindo Souza, procuraram um elemento de massa, João Coioió, para pedir-lhe que fizesse uma pequena compra em São Geraldo. Ficou acertado o dia em que voltava de São Geraldo para entregar-lhes a encomenda. Ao final desse dia aproximaram-se da casa Mundico, Cazuzza (Antonio Miguel Pereira) e Maria (Maria Lucia Petit), mas perceberam que não havia ninguém. Cazuzza afirmou que ouvira alguém dizendo baixinho, pega, pega. Mas os outros disseram não ter ouvido ninguém. Acamparam a uns 200 metros. Durante a noite ouviram barulhos que pareciam de tropa de burro chegando à casa. De manhã cedo ouviram barulho de pilão batendo.

Homenagens. Maria Lucia Petit da Silva foi homenageada na primeira edição do Prêmio Beth Lobo de Direitos Humanos das Mulheres, promovido pela Assembleia Legislativa de São Paulo no ano de 2012. Então, dar continuidade aquele trecho que eu estava lendo do relatório. De manha cedo ouviram barulho de pilão batendo. Aproximaram-se com cautela protegendo-se nas árvores Maria ia à frente. A uns 50 metros da casa, recebeu um tiro e caiu morta. Os outros dois retiraram-se rapidamente. Dez minutos depois, os helicópteros metralhavam as áreas próximas da casa. Alguns

elementos de massa disseram, mais tarde, que Maria fora morta com um tiro de espingarda desfechado por Coioió. Este logo depois desapareceu com toda a família.

Esse relato é confirmado por Regilena Carvalho Leão de Aquino, uma das guerrilheiras sobreviventes em depoimento de 2002.

Dona Valdor, filha de Souza Lima e mulher de Seu Manoel, nossa vizinha mais próxima falou em tom de lamento, coitada da finada Maria. Coioió quando viu a finada sendo levada pelos federais, enrolada em um cobertor ensanguentado, sofreu uma crise de nervos e se borrou todinho na hora. O corpo tremia inteiro e não parava em pé. Tiraram ele e a família de lá. Ninguém mais soube deles. Quando estive presa na base de Xambioá, Goiás, alguns oficiais me mostraram objetos de uso pessoal. Um par de chinelos de sola de pneu com alças retorcidas de nylon azul claro e uma escova de dentes de cor amarela e com cabo quebrado. Reconheci tais objetos que realmente pertenciam a Maria, que os guardava em um (ininteligível) de lona verde permanentemente usado a tiracolo. Afirmaram que foram enterrada em São Geraldo, Pará. Cidade em frente separada de Xambioá pelo rio Araguaia.

Em entrevista gravada pelo padre Frances Aristides Camil em 1984 quando exercia o seu ministério naquela região, dona Nenzina, parteira da estrada do Pará da Lama, e moradora próxima da casa de João Coioió confirmou a morte de Maria e disse ter sido o próprio João Coioió que avisou as Forças Armadas sobre o dia marcado para a visita dos três companheiros. Segundo ela a emboscada preparada ao redor daquela casa era composta por muitos militares distribuídos nas árvores mais próximas e sobre o paiol de milho. Disse ainda que na noite seguinte a morte de Maria, os guerrilheiros retornaram aquele local e mataram os cachorros de João Coioió. Essa informação não confere, pois nenhum de nós voltou aquela casa. Pode ser associada às palavras (ininteligível) pelo Mundico e pelo cazuza. Mata, mata. Dirigidas aos cachorros da casa, farejadores e denunciadores de presenças estranhas que no caso seriam os próprios militares. No dia 15 de junho de 1972 Maria usava as calças compridas de brim cinza, camisa caqui, botinas de cor marrom e um bernal de lona verde atravessando o peito a tiracolo. Na cintura, um cinto de couro que sustentava do lado esquerdo um revólver de calibre 38 com seis balas no tambor e do lado direito um facão medindo cerca de 50 centímetros de comprimento protegido por uma bainha de couro. Levava uma

espingarda de calibre 20 carregada de um cartucho verde de calibre correspondente. Usava óculos de grau e um relógio de pulso com a pulseira feita de couro de veado. De dentição perfeita, com exceção do primeiro molar superior esquerdo, cujo bloco havia caído e com o tempo se quebrava, permanecendo, entretanto um pedaço do dente na raiz. Maria era ligeiramente estrábica na época. Usava cabelos cortados bem curtos, mas vastos e pretos.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Faltam os dados biográficos das homenagens que foram feitas a Maria Lúcia Petit. Pega o microfone, deixa a Amelinha ler. Termina de ler, a biografia da Maria Lucia é muito vasta. Vamos lá, com o devido respeito que ela merece.

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES** – O relatório do Ministério da Marinha encaminhado ao Ministro da Justiça em 1993 afirma que Maria Lucia foi morta durante enfrentamento na tarde do dia 16 de junho de 1972 próximo a Pau Preto. Em 1991 familiares de mortos e desaparecidos do Araguaia com membros da Comissão de Justiça e Paz da Diocese de São Paulo e membros da Unicamp estiveram no cemitério da cidade de Xambioá, Goiás, atual Tocantins, onde exumaram duas ossadas, uma de um velho negro, provavelmente Francisco Manoel Chaves, desaparecido na Guerrilha do Araguaia. E outra de uma mulher jovem, enrolada em um pedaço de paraquedas que poderia ser Maria Lucia.

Esses restos mortais foram encaminhados a Unicamp. Ao retornar, Badan Palhares então chefe do Departamento de Medicina Legal da Unicamp fez uma escala em Brasília, Distrito Federal e em entrevista a imprensa afirmou que esses restos mortais eram certamente de uma guerrilheira. Mas ao chegar a São Paulo mudou de ideia. Sem qualquer base científica passou a dizer que a ossada pertenceria à filha de um dentista que atuava na área, que teria sido morta por não atender a ordem de prisão de uma patrulha. Cinco anos depois o mesmo legista foi obrigado pelos fatos a examinar e

reconhecer essa ossada. E isso porque em 28 de abril de 1996 o jornal O Globo iniciou uma série de reportagens sobre a Guerrilha do Araguaia quando publicou fotos de guerrilheiros presos e mortos entregues anonimamente ao jornal por um militar que participou da repressão política durante a ditadura. Entre as fotos a família conseguiu identificar Maria Lucia morta, embrulhada em um pedaço de paraquedas e a cabeça envolta em plástico. A foto apresentava detalhes idênticos aos da ossada encontrada em Xambioá e foi encaminhado ao departamento de medicina legal da Unicamp em 30 de abril de 1996. O exame feito pelos dentistas que a atenderam em 1967, Jorge Tanaka e Benedito de Moura, além do depoimento descritivo das circunstâncias da morte feitos por seus companheiros e a comparação das fotos, publicadas com despojos encontrados em 1991 possibilitou a identificação de Maria Lucia em 15 de maio de 1996. A identificação de Maria Lucia, primeira e única entre os desaparecidos da Guerrilha do Araguaia até aquela ocasião, porque em 2009 eu estou completando aqui, foi identificado o guerrilheiro Dílson Gurgel. A identificação de Maria Lucia fortaleceu a esperança de busca e localização dos restos mortais dos demais enterrados em cemitérios clandestinos ou nas florestas. O sumiço dos corpos dos guerrilheiros, contudo não podem ser atribuído as dificuldades logísticas da região, pois a tropa tinha um requerimento a seguir conforme a orientação dos fuzileiros da Operação Papagaio assinado pelo Comandante Uriburu Lobo da Cruz, encaminhado anonimamente em 1993 ao Presidente da Comissão de Representação Externa da Câmara Federal, Deputado Nilmário Miranda.

Os prisioneiros de Guerra deverão ser encaminhados imediatamente ao S2 e em seguida ao PC da Brigada. Os prisioneiros de guerra falecidos deverão ser sepultados em cemitério escolhido e qualificado. Deverão ser tomados dos elementos de identificação, impressões digitais e fotografias. O relatório da manobra Araguaia de 30 de outubro de 1972 assinado pelo Comandante da 3ª Brigada de Infantaria, General Antonio Bandeira confirma a morte de Maria Lucia Petit da Silva nessa data em Pau Preto. Seu nome consta na lista de desaparecidos políticos, no Anexo Um da Lei 9.140/95.

Em 15 de junho de 1996 houve um culto ecumênico e vigília em sua homenagem na Câmara Municipal de São Paulo. No dia seguinte seus restos mortais foram transladados para o cemitério de Bauru com a presença de sua mãe, Julieta Petit

da Silva, morta em 2007 sem ter conseguido encontrar os restos mortais dos seus outros dois filhos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia. Em sua homenagem, seu nome foi dado às ruas em São Paulo no bairro Jardim Toca, Belo Horizonte, Jardim das Nações e em Campinas, no bairro Visconde de Rio Branco, e no Rio de Janeiro há uma praça no bairro Santa Cruz.

Em outra homenagem, Maria Lucia passou a denominar uma escola primária na Freguesia do Ó em São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Está aqui a Laura Petit, da família Petit que teve três guerrilheiros, entre eles sua irmã, que nós estamos homenageando, a Maria Lucia Petit hoje.

Finalmente vamos recompor a biografia, a história da companheira estudante de Letras da USP, Suely Kanayama.

**A SRA. VIVIAN MENDES** – Suely Yumiko Kanayama, conhecida como Tica, desaparecida em setembro de 1974.

Suely nasceu no dia 25 de maio de 1948 na cidade de Coronel Macedo em São Paulo. Militava no PCdoB.

Dados biográficos. Nasceu em 25 de maio de 48 em Coronel Macedo. Filha de Emiko Kanayama e Yutaka Kanayama. Desaparecida em setembro de 1974, militante do PCdoB, integrante do Destacamento B da Guerrilha do Araguaia. Era a primeira filha de um casal de imigrantes japoneses. Com quatro anos de idade mudou-se com a família para Avaré, São Paulo. Em 1965 vieram para a capital paulista residir no bairro de Santo Amaro. Suely terminou o colegial na Escola Alberto Levi em 1967 e em seguida ingressou na USP, sendo aprovada no vestibular para licenciatura em Língua Portuguesa e Germânica.



Durante para período de 1967 a 1969 fez curso de Língua Japonesa como carreira opcional. Na USP tornou-se amiga de Rioko Kayano e juntas ingressaram na Ação Popular, AP. mais tarde, outra nissei, Nair Kobashy as convidou para militarem no PCdoB. Passaram então a serem chamadas de ‘exército japonês’.

Em fim de 1967 e nos anos que se seguiram as principais lideranças estudantis foram perseguidas e passaram a viver na clandestinidade ou no interior, e novas lideranças surgiram. Suely foi uma delas. Matriculou-se pela última vez na USP em 1970, porém para continuar a luta política ingressou na militância política clandestina.

Dados sobre sua prisão e desaparecimento. Chegou à região próxima do rio Araguaia, no sudeste do Pará em fins de 1971 sendo uma das últimas a integrar-se ao Destacamento B. segundo a reportagem publicada no diário (ininteligível) de 28 de junho de 1979 no artigo Yumiko, a nissei guerrilheira, Suely foi morta com rajadas de metralhadoras disparadas por diversos militares, deixando seu corpo irreconhecível. Foi enterrada em Xambioá, Tocantins, e seus restos mortais foram posteriormente exumados por estranhos. E acrescenta ‘além desses dados, pouco mais se sabe de sua vida, uma vez que até mesmo seus familiares, inclusive seu irmão localizado por nós, recusaram-se a lembrar e falar dela. E mesmo seus pais não se encontram mais em São Paulo. Tudo que se referia a Suely Yumiko parece ter sido apagado. Nem mesmo seus documentos na faculdade se pode encontrar. Além dos pedidos de matrícula e que era portadora de identidade RG número 4.184.859. Mas o espaço para fotografia está em branco’. Em outros trechos do mesmo jornal lê-se, Jose Genoio Neto contava-nos que conversando com sua mãe, a Sra. Eni que reside no sul do país, disse que ouviu um emocionante depoimento. Ao relatar toda a história da Guerrilha do Araguaia e finalmente tomar conhecimento do que realmente sua filha Yumiko acreditava, ela diria que estaria muito feliz em saber dessas coisas. Apesar de toda a sua dor, concluiu que estava aliviada e contente por saber que ela morreu feliz, lutando pelo que sempre acreditou.

Suely Yumiko, quatro anos após sua morte, tinha sido compreendida, senão pela família toda, pelo menos pela sua própria mãe que apesar de não ter recebido quase nenhuma notícia de sua filha desde o início de 1971, somente boatos de que sua filha

teria se tornado prostituta, guardava a confiança até aquele momento de encontrar com Genoio Neto.

Relatório Arroyo, documentos oficiais e imprensa. Consta a seguinte citação a seu respeito no Relatório Arroyo, documento escrito pelo diligente do PCdoB, Ângelo Arroyo, que escapou do cerco militar a região da Guerrilha em 1974.

Suely havia saído junto com José Maurílio Patrício antes do dia 25 de dezembro de 73 para buscar Silon da Cunha Abrão, e José Lima Pauli Dourado. Deveriam retornar ao dia 28 de dezembro no local onde houve o tiroteio do dia 25 de dezembro. Desde o relatado não foram mais vistos. Sobre a ocultação do cadáver de Suely o Coronel Pedro Cabral afirmou em entrevista a revista Veja em 13 de outubro de 1993, 'Suely havia sido morta no final de 74, seu corpo estava enterrado em um local chamado Bacaba, onde por orientação do Centro de Informação do Exército, CIE, foram construídas células e se interrogavam os prisioneiros. Durante a Operação Limpeza, a sua cova foi aberta e o corpo de Suely desenterrado. Intacto, sem roupa, a pele de Suely muito branca não apresentava nenhum sinal de decomposição, apenas marcas de bala.

Desenterrado, o corpo de Suely foi colocado em um saco plástico e levado até meu helicóptero que a transportou a um ponto ao sul da Serra das Andorinhas, a 100 quilômetros de distância. Ali fizeram uma pilha de cadáveres também desenterrados de suas covas originais. Cobertos com pneus velhos e gasolina forma incendiados'.

O brasilianista Jeffrey Lesser no livro 'Uma diáspora descontente', escreveu o seguinte relato 'a luta até a morte semelhante a um camicase também foi importante para Célia Abe Oi, jornalista da Página Um e hoje diretora do Museu da Imigração Japonesa de São Paulo. Ela me disse, Yumiko foi uma heroína para nós. Quando perguntei o que ela quis dizer com isso, ela me falou que Kanayama representava o caminho do samurai. Que significava levar algo até o seu limite máximo e também que ela era uma pessoa com senso de brasilidade forte ao ponto de torna-la uma pessoa disposta a dar a vida pelo seu país.

O relatório do Ministério da Aeronáutica entregue ao Ministro da Justiça Mauricio Correia em 1993 afirma que cercada pelas forças de segurança, foi morta ao recusar sua rendição. O relatório do Ministério da Marinha da mesma data afirma que foi morta em setembro de 1974. No relatório parcial da investigação sobre a Guerrilha

do Araguaia, entregue ao Ministério Público Federal em janeiro de 2002 temos, Suely Yomiko Kanayama referida pelo depoente como a japonesinha, foi enterrada na cabeceira da pista de pouso da Bacaba. Seu nome consta na lista de desaparecidos políticos do Anexo Um da Lei 9.140 de 95 na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos o caso de Suely foi protocolado com número 126/96, e em sua homenagem a cidade de Campinas deu seu nome a uma rua no bairro residencial Cosmo.

Essas informações foram retiradas do dossiê ditadura mortos e desaparecidos políticos no Brasil, 64 a 85.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Deixa eu me organizar para compor a mesa. Vereador Orlando Silva, líder do Governo Municipal, por favor, sente-se a mesa. Deputado João Paulo Rillo também está aqui. Então, primeiro nós vamos compor a mesa à direita, vamos chamar Claudia de Arruda Campos, Professor Everaldo Gonçalves, a Laura Petit, Criméia Alice de Almeida e a Helenalda Rezende de Souza Nazareth. Arruma uma cadeira, chegou o Saulo. Também está o Vereador Marquinhos de Poá, a Secretária de Esportes de Poá, e a Neide Mendes, Presidente da União Paulista de Estudantes Secundaristas. Eliseu Soares, do gabinete da Deputada Leci Brandão, do PCdoB. Está o pessoal das Ciências Sociais, do CEUPES.

Nós temos uma organização formal das testemunhas, a gente vai ouvir os companheiros. Então, quero passar a Professora Cacá, Claudia de Arruda Campos, com a palavra.

**A SRA. CLAUDIA DE ARRUDA CAMPOS** – Sobre Helenira, Suely ou ambas?

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Fala o que você quiser, se apresenta, introduz. Da Suely você também foi contemporânea, certo?

**A SRA. CLAUDIA DE ARRUDA CAMPOS** – Certo. Meu nome é Claudia de Arruda Campos. E eu entrei no curso de Letras em 1967 na Rua Maria Antonia. Helenira Nazareth me foi apresentada por um amigo comum, hoje falecido, Akiro Zakap, brilhante aluno de Letras e depois Professor da Unicamp. E o Akiro me botou na boca do lobo, porque depois ele arranhou um pensionato para estudarmos em São Paulo e me jogou simplesmente no pensionato onde tinha a Helenira, a Catarina Neloni, maior boca do lobo. É claro que muito rapidamente eu estava integrada nesse grupo e vim a ser integrada nessa Ação Popular.

Primeira visão de Helenira. Meu deus, que mulher mais bonita. Nunca havia visto uma moça que me impressionasse tanto pelo tipo de beleza exótica. Segunda visão, meu Deus, que mulher inteligente e interessante. Eu morria de inveja da Preta. Bom, a Preta era veterana de Letras, ela me aproximou de outros veteranos que foram muito importantes na minha vida. Entre eles, vários amigos até hoje, mas um especial, o Zenir Campos Reis, que veio a ser Professor da USP, ele e eu somos aposentados hoje. Sabe-se lá no tempo se a Helenira não seria também uma ilustre aposentada nos dias de hoje. E Helenira foi uma espécie de mentora política desse grupo. Foi ela que nos organizou politicamente, que nos trouxe para a luta política, a maioria de nós. Ela orientou a formação da chapa na qual nós ganhamos o Centro de Letras em 68. Zenir estava na Presidência, mas a nossa representação pública sempre foi a Helenira. Era uma pessoa da qual como eu disse, eu tinha grande inveja, mas aquela pessoa que eu gostaria de ter sido.

Mas eu me afastei da Helenira no momento em que ela ingressou no PCdoB. A certa altura, claro, tinha divergências políticas. Eu estava em outra organização, trabalhando em outras coisas. E também mais ou menos coincidiu com o momento em que eu tive que me afastar um pouco da faculdade, ficar um pouco no escondidinho

porque minha vida estava um pouco nublada naquele momento. Quando passou a nuvem maior que eu voltei para o curso de Letras, eu não encontrei mais a Helenira, mas reencontrei a Suely, que eu tinha deixado de ver. Suely Yumiko é aquela que bem merece o nome de japonesinha. Embora a Suely seja alguns meses mais velha que eu, teríamos hoje a mesma idade, eu sinto a Suely como uma espécie de descendente, porque assim como eu entrei no movimento pelas mãos da Helenira, a Suely entrou no movimento pelas minhas mãos. Eu era diretora do CAEL, eu saía fazendo as convocações para as passeatas, e nós tínhamos um grupo de passeata que era formado pela Rioko, Suely, eu e mais duas meninas, uma japonesa e uma judia cujo destino eu não sei quais foram.

Então, nós estivemos em todas as manifestações de 68 juntas. E eram pessoas que me eram muito caras. Eu não soube do início da... Em 70 eu volto e encontro Suely em 70 ou 71, Suely atuando no Cael, assumindo, portanto um lugar que eu tinha tido, e foi uma grande alegria encontrar a Suely. Depois novamente eu tive que me afastar, passei outro mau pedaço, estive afastada. Não soube da Guerrilha do Araguaia, ninguém se aproximava de mim, estava digamos, bichada. Eu vim saber dos acontecimentos em janeiro de 73 no Chile. Foi aí que eu soube da Guerrilha do Araguaia, pelos companheiros que estavam no Chile, e eu soube da morte da Helenira.

Suely ainda estava viva. Não havia morrido a essas alturas e (ininteligível) já tinha morrido, eu soube depois. A informação que eu vim a ter sobre os destinos delas, a repressão, eu só as tive na década de 70 efetivamente, por meio da Rioko Kayano que depois que saiu da prisão eu encontrei a Rioko e aí ela me contou o que havia acontecido.

Continuam desaparecidas, nós perdemos mulheres valentes. A Suely era tão pequenininha, ela vivia me batendo porque eu mexia com ela. Ela era muito magrinha, muito pequena, ela tinha um pesinho muito pequenininho, e ela não podia se sentar que eu ia lá e pegava o pesinho da Suely e ela era uma moça, você via que era uma moça extremamente firme. Era até muito estranho, ela não falava das relações familiares. Eu creio que havia aí um foço em relação à família. Tanto que essa família não se manifesta, a família não procurou, o irmão não quis falar a respeito dela. Deve ser de uma formação japonesa extremamente ferrenha, tradicional, e que não aceitaram os

destinos que a filha deu a vida. E eu fiquei muito feliz de saber desse depoimento da mãe finalmente ter reconhecido.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Obrigado Professora. Professor Everaldo Gonçalves, Geologia.

**O SR. EVERALDO GONÇALVES** – Eu fui contemporâneo da Helenira no período do movimento estudantil. Eu era Presidente do CEPEG, o centrinho de geologia da USP e a Helenira representava o CAEL, o centrinho das letras. E nos tornamos amigos. Eu acredito que a Helenira tenha vindo da Ação Popular e se incorporou ao PCdoB. E uma coisa que eu poderia dar contribuição que foi importante no processo político do movimento estudantil, é que o grêmio da Faculdade de Filosofia era um grêmio reconhecido e tinha o cursinho do grêmio que era um aporte intelectual inclusive para apoios financeiros. E um quadro importante que eu acho que eu e a Helenira decidimos uma situação e o Bernardino Figueiredo, Presidente do grêmio, era da Geologia. E pela primeira vez o grêmio resolveu fazer uma intervenção no centrinho do grêmio. E os cursinhos, se bem me lembro eram 13 fizeram uma reunião para ver o que fazer frente à intervenção do grêmio no centrinho. E aí nós fizemos uma reunião, me lembro muito bem, na Albuquerque Lins que foi a última unidade do grêmio que não havia sido ocupada e a Helenira, como a colega falou aqui, era uma pessoa muito vibrante, uma mulata bonita. E nas assembleias era uma pessoa de decisão quando falava. Sempre oportuna nas colocações que fazia, e nos 13 centrinhos discutiu-se e nós optamos para apoiar a não intervenção no cursinho, fato que gerou o grupo que formou a equipe. Inicialmente era para ser uma cooperativa, e depois virou uma empresa e acredito até bem sucedida. Mas eu acho que o importante é que o resquício que manteve o cursinho do grêmio que não teve continuidade e depois em 98 foi empastelado, ele gerou praticamente a ALN. E muita gente que estava no grupo da equipe, eu acho que os historiadores precisavam conhecer mais isso, deu a VPR, então, essa reunião que

Helenira participou foi importante que foi um racha que praticamente criou da dissidência do PC o pessoal que daria a origem da ALN, e outro pessoal da VPR e outros grupos. E depois uma coincidência também, que depois eu acho que posso dar um testemunho, olha que ironia do destino, eu perdi o contato com a Helenira e depois fomos participar ambos de uma guerra rural e de uma guerra mineral. Eu, como geólogo, fui trabalhar exatamente na região da Guerrilha do Araguaia que se instalaria na região porque em 67 duas companhias estrangeiras estavam disputando a descoberta do ferro na região, que ficaria com a companhia meridional de mineração, e eu fui contratado como geólogo para trabalhar na região. Fiquei em um acampamento e hoje eu comparo o que é a vida de um guerrilheiro a um geólogo. Eu saía de Marabá e levava três dias para chegar no acampamento de Botirama. Nós tínhamos um acampamento na beira do Rio, um a 15 quilômetros e outro a 30 quilômetros, e nós fazíamos isso periodicamente. Os guerrilheiros não sabiam, mas nesse acampamento eu tinha 28 cartucheiras e seis revólveres 38. Nessa época não havia muito controle, e a gente era obrigado a andar armado realmente. Alimentação, nós tínhamos um caçador e éramos abastecidos por barco ou por helicóptero, e muitas vezes eu passei fome porque com toda estrutura de uma empresa estrangeira nós tínhamos até recursos às vezes de helicóptero que ficavam centralizados na base de Carajás, mas às vezes passávamos necessidade, quase fome. Comíamos jabuti, outras caças, trabalhadores às vezes até comiam macaco.

E um fato que eu posso narrar para vocês para mostrar o que é a dificuldade naquela região, é que eu passei uma experiência que os guerrilheiros passaram. Eu dava um curso no segundo acampamento de alfabetização, e terminado um dos trabalhadores, nós tínhamos um malote e ele me deu uma carta, e eu falei, mas você está mandando a carta para você mesmo? E eu ensinei que ele tinha que fazer como remetente. E instantes depois eu escuto um tiro e quando vou ver, vou na direção era um dos trabalhadores que havia atirado no outro e o matou. Imagine você nessas situações com um defunto. Um saiu para esperar uma onça que estava rondando um acampamento no lixo nosso, não era bem cuidado, e tinha alguma dificuldade para guardar e às vezes animais procuravam.

Um segundo, que foi o que me deu a carta, foi na mesma intenção e atirou no outro. Tive que pela manhã, deixar o defunto na mesa, pela manhã ir no outro

acampamento, chamar um helicóptero da base de Carajás, voltou, levamos para Carajás, fez a autópsia em Marabá e foi enterrado. Veja a dignidade que foi feito o inquérito, foi acidental, mas o que se faz com um cadáver morto na Amazônia na mesma região. E os corpos perdidos do Araguaia ainda estão em sepultos até hoje. E eu acho que é hora de se contar realmente a verdade, quer dizer, se a empresa era responsável e deu um funeral digno para uma pessoa morta em uma situação dessa na região amazônica, impossível que o Exército com toda a parafernália que ele dispunha, não pudesse fazer isso e ser responsabilizado por esse fato.

Então, eu gostava muito da Helenira e acho que nós temos que realmente lutar para que possa esclarecer melhor as condições em que ela foi assassinada, e se há possibilidade de fazer um enterro condizente, digno para a Helenira Rezende e os demais companheiros que faleceram no Araguaia. Era isso que eu poderia falar. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – O Professor Everaldo tem um trabalho muito interessante sobre o Curió, quando o Curió sai do comando da repressão do Araguaia e vai montar a Serra Pelada. (ininteligível) e o Everaldo escreve e vai contribuir nesse capítulo da saída do Curió do Araguaia para montar a Serra Pelada. Obrigado.

A Laura Petit, da família Petit.

**A SRA. LAURA PETIT** – A respeito da Maria Lucia, já foi lida toda a biografia e a circunstâncias de morte que estão contidas no dossiê da ditadura que foi feita pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos. Eu tenho pouco a acrescentar porque eu volto a dizer que o Estado de São Paulo apesar de ter sido condenado pela Corte Interamericana da OEA, de fazer as buscas, entregar os corpos para as famílias para dar um sepultamento digno, de chamar os responsáveis, os



militares para depor, apurar os responsáveis e fazer justiça, o que seria o ponto final para nós, familiares, tudo em uma gradação, termos os corpos, esclarecermos os responsáveis, por todas essas crueldades que aconteceram no Araguaia, o ponto final seria a justiça. E nós infelizmente decorridos 40 anos dos acontecimentos desses fatos, 72 ao final de 74, a gente ainda não teve todos esses crimes esclarecidos. 70 desaparecimentos entre militantes do Partido e camponeses, e uma que por ter sido encontrada minha irmã 24 anos após a sua morte e identificada, ela não é considerada mais desaparecida, apesar de que a família aguardou 24 anos para receber o seu corpo e poder sepultar. Então, ela entra em uma outra categoria. Ela é vítima de execução extrajudicial sumária. Nós estamos aguardando, não só os familiares mas toda a sociedade brasileira, para ver o que aconteceu. Apurar os responsáveis, apesar de que eles são notoriamente conhecidos. Já existe até livro publicado dos responsáveis e o que me admira é que a sociedade brasileira até hoje não se empenhou em chamá-los a depor e quando uma ação interna chamou esses responsáveis para fazer uma oitiva, eles simplesmente se recusaram a dizer a verdade, alegando que eram garantidos pela Constituição a manter silêncio, porque não eram obrigados a fazer provas contra si mesmos. Outros ainda, Generais conhecidos que se declararam publicamente serem os autores de tais violações ainda debochem da Justiça e perante a Juíza se referirem assim, querem achar os ossos dos desaparecidos, venham procurar nos meus bolsos.

Perante uma Juíza! E foram repreendidos por esse desacato a autoridade. Eles riem da Justiça. E também por usar perante essa Juíza, uma mulher. Além de o Mario achar que nós estamos falando do feminismo, de não ter que prestar contas a uma Juíza de saia, e não um Juiz. Ainda usou palavras de baixo calão que faria qualquer um que assistiu a essa oitiva no Rio de Janeiro corar de vergonha. Então, é isso. Eu não tenho muito mais o que dizer por que eu acho que nós esperamos. Além da Maria Lucia a minha família foi triplamente finalizada, porque dos cinco filhos que minha mãe teve, ela perdeu três na Guerrilha do Araguaia.

Ainda falta, além dos 70 que nós buscamos, a minha mãe ainda morreu com a esperança de poder sepultar o Lucio e o Jaime. Então, isso basta. Não tenho mais o que acrescentar. Tudo é conhecido, tudo é sabido e a gente fica aguardando que se estabeleça a verdade. Chega de mentiras. Chega de ocultação da verdade, ocultação de cadáveres. O Brasil que se diz democrático está fazendo essa Comissão da Verdade 40

anos depois. Por que tanto tempo para a verdade vir à tona. Se é que ela vai vir. A gente tem esperança e a gente não abandona a luta. É só isso que eu tenho a dizer.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Laura, eu queria fazer uma pergunta. De tudo que foi lido aí, tem no Relatório Arroyo aquela história da incineração, que ele fala dos pneus, que houve um empilhamento de corpos.

**A SRA. LAURA PETIT** – É o Pedro Cabral, um militar da Aeronáutica.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Isso está no livro. Você poderia comentar essa versão? Como vocês, familiares, veem essa versão?

**A SRA. LAURA PETIT** – Olha, nós familiares, a gente desconfia muito das versões dos militares. A gente sempre quando se... Porque a busca pelos desaparecidos tem sido um ônus para os familiares de desaparecidos. A gente sabe que o ônus, até a Lei 9.140 diz que a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos só vai investigar ou buscar desde que surjam novas provas. Então, isso cabe à família indicar novas provas. Parece ironia, porque os familiares são os que menos têm essas provas, ou esses indícios. Quem desapareceu foi o Estado brasileiro, as forças armadas. Então, isso aí fica muito complicado. Essas histórias que quando na nossa luta se diz, os arquivos militares que possam trazer as informações, eles foram incinerados. Mas quem deu a ordem? É crime incinerar sem ter uma ata que comprove incineração de documentos antigos, não é? Então, está incorrendo mais um crime, porque não aparece quem dá

ordem de incinerar documentos. E parece que sempre há um divisionismo, porque aí estão buscando, então, vamos dizer que foram queimados assim eles param de buscar. Com relação aos corpos, também; ainda mais vindo de um militar que depois foi levado à região da Serra das Andorinhas, saiu até em revistas, e ele não soube indicar onde levou esses corpos que teriam sido incinerados, porque algum vestígio de pneu, de cinzas, sempre restaria. E ele se perdeu.

Não soube dizer na Câmara Federal, na Comissão de Direitos Humanos o lugar onde ele teria pousado para depositar esses corpos. Então, fica tudo muito estranho. A mesma coisa recente lá, da incineração em Campos de Goitacás, os corpos dos desaparecidos da Guerrilha urbana teria sido incinerados lá. Será que é para as famílias? Falarem, não procurem mais, foram incinerados. E a gente sabe que sem corpo não tem crime, e essa é a moral da história. É isso que eu pergunto. Eu gostaria que na Comissão da Verdade essas pessoas responsáveis que muita gente sabe quem são, elas fossem chamadas a darem os seus depoimentos, porque muitos familiares, há 40 anos a gente vem contando o pouquinho que sabe. Um camponês que falou, foi o João Coioió, não foi. O laudo da Maria Lucia, por exemplo, lá na Unicamp diz que ela tinha bala de uso militar, FAL. Camponês não tem. Uma na altura do quadril quando ela caiu, e outro tiro que seria o tiro fatal de execução porque veio de cima para baixo. Quer dizer, ela caída foi executada.

Não foi o João Coioió, isso eu tenho certeza.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Laura, só para concluir o seu depoimento, podia falar um pouquinho, um resumo, como são três irmãos, você só falou o nome dos seus irmãos, o Lucio e o Jaime. Da Maria Lucia a gente já falou bastante. Hoje é o dia das mulheres do Araguaia. Mas você poderia fazer um resumo breve da vida dos seus irmãos, dos seus dois irmãos que ainda nem tem vestígio. Você tem essa citação da Maria Lucia envolvida na seda do paraquedas. Podia falar um pouco dos seus irmãos?

**A SRA. LAURA PETIT** – Eu não sei se haverá oportunidade em outra audiência, e eu voltaria a falar para não entender muito. Mas é muito cruel porque eu ouvi de um camponês a execução do Jaime como foi, então, é muito para mim em um dia só.

Se houvesse um outro espaço, eu diria.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Haverá. Está bom. Quem fala agora? Helenalda, Criméia, ou Saulo?

Saulo Garlippe, com a palavra.

**O SR. SAULO GARLIPPE** – Irmão da Luiza Augusta. Eu e Luiza somos filhos da primeira mãe. Nós perdemos nossa mãe quando eu tinha dois anos e ela tinha 10 anos. Meu pai casou-se de novo dois anos depois e teve mais quatro filhos com a segunda mulher. A Luiza veio para cá em 1960 fazer enfermagem na USP. Eu continuei em Araraquara, acabei o científico e logo que acabei o científico ela me convidou para vir estudar em São Paulo. Ela me arrumou um emprego na editora Ática, ela me arrumou aqui de manhã. Eu fazia Anglo à tarde e no meio do ano de 1970 eu entrei na FEI em São Bernardo, e a Luiza ainda não tinha ido para o Araguaia. Eu me lembro que ela se despediu de mim em janeiro de 1971 em frente ao Cine Joia aqui em São Paulo, ali onde era a Editora Ática, ali em frente. E ela disse para mim que ia para essa região, mas não disse para onde porque não podia dizer, mas que eu segurasse a barra da família, porque como é que eu ia justificar a ausência dela que não ia mais para Araraquara, ver a família, e que dissesse para eles que ela estava indo para o Araguaia fazer algum serviço na região norte, que ela já tinha ido para lá no Amapá, e que não tinha correio, não tinha nada, e ela não poderia escrever esse negócio todo. Então, enquanto eu podia segurar essa situação, eu segurei, mas na FEI em 1972, eu já estava

no Partido Comunista também e a direção estadual caiu, foi todo mundo exposto, então, eu entrei na clandestinidade também em janeiro de 73 e fiquei até 1973 sem poder ir para Araraquara. Então, eu não podia ver minha família, não podia dizer nada, não podia conversar com ninguém, porque a repressão também estava lá.

Só mais tarde é que a gente começou a conversar com a família, minha madrasta não acreditava nesse tipo de coisa, porque lá em Araraquara o pessoal nem sabia o que era ditadura direito, apesar de ter várias pessoas daquela cidade que enfrentaram a ditadura militar e morreram. E depois disso eu passei a frequentar os companheiros dos grupos que são organizados, para tentar junto com vocês ver se a gente acha essa questão dos corpos, mas uma coisa interessante é que o Curió deu uma entrevista na revista Playboy de dezembro de 2006, e sai lá uma reportagem grande sobre ele, sobre a Coriolópolis, a cidade que ele foi Prefeito e tal, e ele afirma categoricamente que ele e o outro militar assassinaram a Luiza Augusta e a Dina. Eles dizem isso textualmente. Tanto é que eu já entreguei essa revista ao Ministério Público. Eu estou sabendo que está para acontecer um interrogatório dele também.

Mas o interessante é ele, que ele afirma categoricamente que assassinaram a Luiza e a Dina. Então, continuamos na luta com nossas companheiras para esclarecer esses fatos. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Só para completar o seu depoimento, a sua irmã era uma enfermeira, ela fez curso de enfermagem na USP e trabalhava no HC. Ela era uma pessoa experiente, ela era da associação. Você conheceu o companheiro dela, o Pedro Alexandrino?

**O SR. SAULO GARLIPPE** – Conheci em uma, logo que eu vim para São Paulo em janeiro de 70, eles moravam na periferia. O Pedro alexandrino já era procurado pela repressão, ele já tinha sido denunciado. Tanto que eu ia para a casa dela,

e a gente não podia saber onde ela morava. A gente ia de cabeça baixa, e não olha, e eu almocei com eles várias vezes. Só tive esse contato com eles.

Depois, com a militância dela em São Paulo ela não podia se abrir muito, então, eu fiquei em São Bernardo, porque eu morava em São Bernardo, fazia FEI e ela aqui em São Paulo. E depois a última vez que eu a vi foi nesse dia, em frente ao Cine Joia.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Segundo relato, ele também foi viver naquela região?

**O SR. SAULO GARLIPPE** – Foi. Família dele é de Belo Horizonte.

**O SR. JAMIL MURAD** - Pela ordem, Senhor Presidente?

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Lógico. Com a palavra, Jamil Murad.

**O SR. JAMIL MURAD** – Eu queria acrescentar que aqui no HC teve um trabalhador da área de manutenção do HC, era um líder respeitadíssimo, chamado Braguinha. Ele deve estar aproximando dos 90 anos e ele foi eleito inúmeras vezes como Presidente da Associação, ele embora de formação simples, ele era um indivíduo

muito capacitado. Ele era do Partido Comunista e de formação política sólida, e conseguia ter essa formação acima de qualquer cidadão, por mais alto que fosse o cargo do indivíduo. E ele relatou inúmeras vezes para mim há muitos anos atrás que quem o lançou a Presidente da Associação do HC pela primeira vez foi a Luiza Augusta. Ela era enfermeira da moléstia infecciosa, e tinha atividade política e eles queriam então dirigir a associação dos funcionários e ela que liderou esse processo e o convenceu de que ele deveria assumir a candidatura da associação. E assumiu, foi vitorioso, e todos os mandatos do Braguinha ele honrou a memória da madrinha dele de liderança política porque foi sempre muito admirado por sua combatividade, honestidade, sinceridade na defesa dos trabalhadores. E eu conheço, terminando, companheiro. Eu conheço o Saulo há uns 40 anos. E eu nas lutas e na década de 70, só hoje eu prestei atenção no sobrenome dele e que liguei com a Luiza Augusta. Eu sabia que ele sempre participa das coisas, mas só hoje que eu liguei as coisas.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Você foi preso, Saulo?

**O SR. SAULO GARLIPPE –** Não. Eu acho que a disciplina que a gente aprendeu na questão da clandestinidade, que eu sempre levei a sério isso, fez com que eu não fosse preso, porque oportunidade tiveram. Porque quando foi delatada a coisa, eu já estava fora da faculdade e eu namorava minha companheira Iara, e a gente morava junto aqui no Paraíso. Eu já não estava mais na faculdade. O pessoal falou, sai da faculdade que a coisa vai...

Ela me arrumou um emprego no HC junto com ela, que ela também estava trabalhando no laboratório, sem registro. Quando em uma segunda feira na hora do almoço eu recebo um telefonema, o fulano de tal caiu. E o fulano de tal sabe onde você mora em São Paulo. Eu consegui ainda sair do HC na hora do almoço, fui no apartamento, limpei o apartamento que estava cheio de Classe Operária, o jornal da

época do Partido, consegui limpar todo o apartamento e o que eu falei para a minha companheira, não vá para casa hoje porque fulano de tal caiu.

E ela fala, eu não tenho nada com isso. E eu falei, você tem que ser boazinha. Mas como tudo era escondido da família, nem família dela sabia e nem a minha, ela acabou indo e foi presa claro, na tarde desse dia, foi torturada no Dops, foi estuprada no DOI-CODI por uma semana e até hoje ela está no processo de anistia e tal.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Qual é o nome dela?**

**O SR. SAULO GARLIPPE** – Iara Louzada de Freitas. E eu fiz o processo para ela e mandei para Brasília há uns dois anos atrás. Ela não queria, ela não conseguia fazer um depoimento. E eu falei, você precisa fazer um depoimento, e ela falava que não conseguia escrever sobre isso. Mas até hoje a gente se comunica, conversa, tudo. Então, fiz esse depoimento, ela assinou, mandei o processo dela para Brasília. Quer dizer, todo esse negócio, essa disciplina... Sou de rock, mas nos anos 70 você não podia curtir rock nenhum. Às 10 horas da noite tinha que estar todo mundo em casa, porque passou das 10 horas da noite, a repressão caía, prendia todo mundo e tal, e você podia ser identificado. E nesses anos todos de clandestinidade, eu sempre procurei firmas pequenas. Eu continuei no Partido e o Partido falou assim para mim, Saulo, já que você está clandestino, largou a faculdade, porque você não vira um operário? E eu virei um operário. Fiz um curso de ferramentaria e fui trabalhar na fábrica como peão. E eles falaram, Saulo, vai para o ABC que lá é o futuro da classe operária. Então, em 78 eu fui para o ABC, arrumei como metalúrgico, em 1979 estourou a greve do ABC e a liderança na fábrica e em 80 estourou a greve de novo na minha fábrica e a gente (ininteligível) liderança mais ainda, e logo em 82 eu entrei no Sindicato dos Metalúrgicos.



Quer dizer, realmente foi junto com o Partido que a gente construiu isso aí. Eu tenho o negócio do SNI, do ABIN, eles não me acharam em 71, em 72 decretaram a minha prisão. E aí me pegaram, mas em 82 quando eu virei uma pessoa pública de novo, ficaram me perseguindo até 86.

Todo lugar que eu fui em 86, estava lá o relato de onde eu fui e do que eu falei. Então, eu fui anistiado também agora, e recebi minha indenização também.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – E ainda dizem que a ditadura acabou. Quando foi a última vez que você viu a Luiza?

**O SR. SAULO GARLIPPE** – Foi em janeiro de 71 em frente ao Cine Joia.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Fala um pouquinho sobre isso. Essa despedida. Ela estava indo para o Araguaia?

**O SR. SAULO GARLIPPE** – Ela não poderia dizer para onde ia porque era clandestino esse negócio do Araguaia, ela falou, vou fazer um trabalho político no norte do país, e segura à barra com a família. Não diz para eles nada de negócio de política. Agora, um outro, porém da ida dela para o Araguaia é o seguinte, meu pai falece em 69. Se meu pai não tivesse falecido, talvez ela não fosse. Ela respeitava muito meu pai, esse negócio todo. E ela era muito ligada ao meu pai porque a gente perdeu a mãe, e ela ia falar com o meu pai o que queria fazer, e meu pai acho que não ia concordar. Mas como ele faleceu no final de 69, ela já logo em 70 acabou indo.

Se não fosse isso, acho que ela não teria ido. Então, ela despediu de mim em frente ao Cine Joia e falou, cuida da família aí porque eu não posso dizer onde eu estou. Recebi uma carta escrita por ela, um ano depois, dizendo que ela vivia uma vida de camponesa. Teriam que viver como os outros viviam, esse negócio todo e tal.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Você tem essa carta?

**O SR. SAULO GARLIPPE –** Não. O Partido falou assim, destrói. É para você ler e destrói porque não dá para a gente guardar essas coisas na casa da gente naquela época. Mas eu me lembro da carta.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Muito obrigado, Saulo. Companheira Helenalda, com a palavra.

**A SRA. HELENALDA REZENDE DE SOUZA NAZARETH –** Bom dia. Eu sou Helenalda Rezende de Souza Nazareth, irmã de Helenira, e tudo sobre a Helenira também quase tudo já falaram na biografia os dois companheiros dela. Também já falaram lindamente sobre a minha irmã. Mas eu gostaria de falar um pouco sobre nossa busca. A busca da família. Nós estivemos desde a época do CBA, participando das reuniões sem saber que ela iria. Não sabíamos por que ela nunca disse para onde ela iria. Eu não me lembro de exatamente a data, quando ela se encontrou com as minhas irmãs no Rio de Janeiro, ela mandou um recado para encontrar no Rio de Janeiro e as minhas

irmãs foram e ela disse que ia ficar por algum tempo longe porque ela sabia que a família estava sendo incomodada pelo Exército.

Incomodada no sentido de buscarem a gente na escola, nunca me buscaram em casa, mas já me buscaram na escola, diziam eles para prestar depoimentos.

Eu realmente nunca fui presa, minhas outras duas irmãs que já faleceram. Elas chegaram a ir para o DOI-CODI algumas vezes, mas nós realmente não sabíamos onde a Helenira estava.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Elas foram na condição de presas?

**A SRA. HELENALDA REZENDE DE SOUZA NAZARETH** – Elas não chegaram a serem presas. Elas foram levadas ao DOI-CODI e tinham que prestar depoimentos, mas nós tínhamos amigos da Maçonaria, amigos do meu pai de Assis, e quando uma de nós era levada pelos militares, as outras procuravam esses amigos que conseguiram tira-las do DOI-CODI, as duas, tanto a Helenice como a Heleneide.

A Helenice não gostava muito de falar sobre isso, e a Heleneide morreu cedo também, morreu em 81. E era a Heleneide que me acompanhava nas reuniões do CBA. Antes disso íamos às reuniões do CBA, o Comitê Brasileiro pela Anistia.

E nós íamos a essas reuniões, mas não sabíamos realmente onde a Helenira estava, e tínhamos muito medo de conversar a respeito, eu e a Heleneide conversando e alguém dar alguma informação a respeito do paradeiro dela que pudesse ajudar a polícia a prendê-la. Então, nós quase não conversávamos com as pessoas. Muitos amigos se afastaram da gente. Nós nos afastamos de muitos amigos na época. E na época em que a Helenira estava na clandestinidade, algumas vezes eu consegui falar com ela ainda em

São Paulo, depois de 68 início de 69, e exatamente através da Rioko e da Suely, que a gente chamava de Exército chinês. Nós lá chamávamos de Exército chinês.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Repete isso aí. Vocês faziam o que através da Rioko e da Suely?

**A SRA. HELENALDA REZENDE DE SOUZA NAZARETH** – Eu consegui encontrar com Helenira através da Rioko e da Suely. A gente já tinha combinado que quando eu quisesse falar, eu ficava ali. Andando às vezes a tarde toda ali na USP e perto do prédio de história que na época era um prédio bem rudimentar ainda, não era o prédio que tem hoje. Então, elas me viam e vinham falar comigo. Então, eu falava, o Exército chinês. E elas falavam, olha, você pode encontrar Helenira tal hora em tal lugar. Em geral era ali por perto mesmo. Ou na Cidade Universitária ou no Largo de Pinheiros. E aí eu encontrava. Conversava com Helenira. Levava algum dinheiro. E uma das últimas vezes que eu vi a Helenira foi no meu casamento, dia três de maio de 69. Não que ela tenha ido ao casamento. Ela estava na porta da igreja escondida em um canto, falou comigo, me deu um abraço, e depois disso eu não vi mais a Helenira. E foi depois disso que teve o encontro com as minhas irmãs no Rio de Janeiro, Helenice e Heleneide e que ela disse que ia ficar bastante tempo sem mandar notícias. Então, ficamos sem saber e em 78 que realmente soubemos que Helenira estivera na Guerrilha e que houvera morrido. Foi através da Rioko e do Genoino que nós também tínhamos perdido contato com a Rioko, o Genoino. A Rioko foi presa, aliás, os dois foram presos lá no Araguaia. E foram eles que nos relataram sobre a morte da Helenira da primeira vez.

Depois as pessoas começaram as contar, a Elza Monnerat contou algumas coisas, e contou da Helenira lá no Araguaia, que ela tinha contato, que a Helenira falava bastante da família, e nós sempre fomos muito ligadas mesmo, todas as irmãs. E essa busca continuou como procuradora da minha mãe no primeiro processo do Araguaia,

com o Luiz Eduardo, depois eu não sei como meu nome desapareceu. Nem o Luiz Eduardo Greenhalgh sabe me dizer por que tiraram o meu nome daquele processo, mas ele me dava notícias sempre que a gente procurava. (ininteligível) mas a gente procurava, ele dava alguma notícia sobre o processo, e agora ultimamente quando entramos nesse processo da OEA que ganhamos, mas não vimos resultado nenhum.

Eu tive a oportunidade de estar no Araguaia e na época era já com o GTA, em 2011, e eles disseram que tinham feito várias escavações no cemitério de Xambioá, em um local que disseram que Helenira estava enterrada. E nós dissemos que o lugar que nos disseram era Oito Barracas, e não Xambioá. Mas eles disseram que tinham trazido o corpo dela para o cemitério, mas eles tinham feito escavações perto da cerca, só que a cerca do cemitério não é a mesma que era naquela época. Eles não acharam absolutamente nada. eles fizeram escavações onde tinha uma pequena estrada. Isso eu vim saber por uma moradora de perto do cemitério. Ela falou, eu vi fazendo escavações, mas onde eles escavaram era estrada ali. Depois a Criméia me confirmou que ao lado do cemitério havia uma pequena estrada. E a Lorena tinha me mostrado que a cerca do cemitério não era onde eles tinham feito. Depois resolveram ir a Oito Barracas, eu infelizmente passei mal por problema de pressão e não pude ir. E a Lorena e o Igor Grabois e a Lorena (ininteligível) foram no meu lugar e eu fiquei em Xambioá, aguardando, mas eles também não conseguiram porque a pessoa que ia apontar o local onde, ele diz que viu a Helenira ser enterrada, essa pessoa não foi. Então, eles também não fizeram escavações em Oito Barracas nessa oportunidade. E nós estamos aguardando até hoje que algo seja feito. Então, continuamos sem saber e sem ter a ossada de Helenira.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Obrigado. Criméia.**

**A SRA. CRIMÉIA ALMEIDA** – Eu sou Criméia Almeida, participei da Guerrilha do Araguaia e dessas quatro guerrilheiras, eu só conheci a Helenira. Éramos do mesmo Destacamento, eu saí da região do Araguaia em final de agosto de 72, um mês depois Helenira morreu.

Então, quando eu saí eu não sabia da morte da Helenira. É interessante, eu acho, para que as pessoas entendam um pouco mais porque é que da Helenira a gente tem alguma informação, da Maria Lucia a gente conseguiu até encontrar os restos mortais e das outras duas as informações são muito vagas.

O combate à Guerrilha, ele começou em 12 de abril de 72. E houveram três campanhas, a primeira campanha foi até julho de 72. Nessa época eles não conseguiram entrar na região que atuava o Destacamento A que eu pertencia, e nem o B. eles só conseguiram entrar, prender e matar pessoas no Destacamento C.

Por causa da presença das forças armadas, nós do Destacamento A e o pessoal do Destacamento B, perdeu o contato com o Destacamento C. então, o que aconteceu no Destacamento C nós só viemos, a saber, bem depois. Nessa primeira campanha a atuação deles é, eles faziam prisões, faziam execuções também, mas faziam prisões e alguns desses presos inclusive foram libertados depois. É o caso do Dover, da Regilena, do Glenio. Mas outros eles executaram. Qual era o critério? Não sei. Os militares precisam explicar porque uns foram mortos e outros foram libertados. Na verdade não eram prisões, eram sequestro. Porque nenhuma prisão foi comunicada ao Juiz. Mesmo tendo aquele prazo que a ditadura tinha, de 10 dias de incomunicabilidade, nenhum caso foi comunicado ao Juiz, nenhum dos guerrilheiros que acabaram sendo soltos foram processados pela Guerrilha. Então, se ele tinha algum processo anterior, ele era incluído nesse processo. Se ele não tinha, ele era libertado. Mas era uma liberdade vigiada, porque eles seguiam perseguindo e ameaçando essas pessoas. No mês de agosto houve uma trégua entre a segunda e a terceira campanha e foi nessa trégua que eu saí da região. Eu estava grávida e o objetivo é que eu refizesse o contato com o Partido em São Paulo.

Foi uma viagem bastante dura. Eu saí no dia 25 de agosto e cheguei a São Paulo no dia 25 de setembro. Então, foi uma viagem longa que tinha trechos a pé, trechos de ônibus, foi uma viagem muito tumultuada passando por lugares dos mais estranhos

porque o objetivo é que eu não viesse pela Transamazônica. Só que eu vi que o meu dinheiro ia acabar, o pouco que eu tinha. Então, eu dei uma volta e vi... . Transamazônica não, Belém Brasília, desculpa. E voltei para Belém Brasília já mais para o sul, mais próximo de Goiás. Eu cheguei a São Paulo, reatei esse contato da Guerrilha com o Comitê Central do Partido, voltei à região da Guerrilha algumas vezes e em dezembro de 72, dia 19 de dezembro de 72 eu fui presa. Aí fui para o DOI-CODI em um primeiro momento eu tinha documento falso. Tinha carteira de trabalho, registro de nascimento, alguns mais fáceis de fazer naquela época. Em um primeiro momento eu não fui identificada, mas eu fui presa com a minha irmã e eles tinham o seguinte critério, que eles tinham poucas informações. E naquela época o critério era o seguinte, quem estava em Ibiúna era da Guerrilha ou urbana ou rural, até provar o contrário. E eu tinha sido presa em Ibiúna em 68, no 30º congresso da UNE. Então, eu tinha sido presa e minha irmã estava comigo, que era a prisão, incluiu ela. Então, eles torturaram muito a minha irmã para dizer onde eu estava, e ela dizia que não sabia, e eu estava lá com eles. E me interrogavam muito também para saber onde estava a irmã da minha irmã, e eu dizia, não sei quem é, não conheço. Até que um dia eles descobriram, afinal de contas eles tinham pegado os dedinhos e foto em 68, eu estava em 72, não era tanto tempo assim.

Só que em 68 quando nós fizemos aquela ficha datiloscópia, era muita gente. Então, eu combinei com uma colega também do Partido, a Lucia Rato que também faleceu, que a gente iria trocar. Na hora que chamasse Lucia Rato eu iria, e na hora que chamasse eu, ela iria. Então, certamente isso deve ter dificultado, porque a identidade da Alice que estava presa não batia com a da Criméia. Aí eles descobriram. Aí foram todas as torturas possíveis de se fazer a uma mulher grávida no 7º mês de gravidez. Mas eu também fui presa e sobrevivi. Então, era do período que nem todos eles executavam. Eu não estava nem na região. Quando eles descobriram, eu estava em São Paulo.

Depois veio a segunda campanha. E na segunda campanha é que o meu Destacamento perdeu a primeira pessoa que foi a Helenira. Mas eu não estava lá. Eu estava em São Paulo e custei a saber dessa morte. Eu fiquei sabendo dessa morte quando eu já estava presa. A Helenira era uma pessoa muito decidida, era tudo isso que disseram, bonita, inteligente, brincalhona, mas muito exigente. Ela brincava, mas não dava mole para ninguém. E ela tinha muita consciência da discriminação dela por ser

mulher e negra. Isso ela deixava muito claro. Eu acho que ela tinha muito orgulho por ser chamada de Preta. Porque ela fazia questão de mostrar a condição dela de mulher negra.

A Helenira foi morta na segunda campanha, na segunda campanha nós também temos companheiros que foram presos e também sobrevivem. E aí houve a tal terceira campanha. A terceira campanha tem um período que o Ângelo Arroyo chama de trégua no relatório dele. Mas que não foi de trégua. Foi de intensificação do trabalho de informação das forças armadas. Em que eles se instalaram na região os agentes de informação, muitos desses agentes são hoje os ditos camponeses que pedem indenização e etc. porque eu acho muito estranho que camponês, camponês é muito desconfiado e muito esperto. Que eles tenham mudado para aquela região em 72, 73, principalmente depois que a região estava conflagrada. Principalmente em crise de 72. E eram camponeses muitos deles que conheciam guerrilheiros que tinham morado antes no Maranhão, em Goiás. E para mim eles foram plantados na região e hoje eles posam de colaboradores desse tal grupo de trabalho Araguaia, que faz as pesquisas e não acha, que faz pesquisas para identificar onde estão os restos mortais. Eles implantaram esses indivíduos lá, e no dia, parece que sete de outubro segundo os relatórios deles, militares, porque alguns desses relatórios apareceram, foram entregues anonimamente, ou ao Jornal O Globo ou a Comissão de Representação Externa do Congresso Nacional. E nesse relatório, tem um relatório que chama Operação Sucuri e no dia sete de outubro eles que não apareciam, a não ser dessa forma estranha, eles baixam massivamente, prendem todos os homens da região. Inclusive os meninos maiores, os adolescentes. Na região de Palestina, de São Domingos do Araguaia, de São Geraldo, enfim, eles prendem todos os homens e cercam a região. A partir daí nós não temos mais nenhum sobrevivente. Todos são, não tem história. A gente não consegue, apura alguma coisinha porque ou esse tipo de informação de militar, de camponês que cooperou com as forças armadas, é meio estranho porque isso tudo era feito as escondidas da população. Era feito dentro das bases militares. Então, a gente fica suspeitando de camponeses que sabem disso. Ele estava dentro da base fazendo o que? Cooperando? Porque é muito estranho o que acontece, nós temos pouquíssimas informações, e depoimentos do próprio Curió, são 70 os desaparecidos do Araguaia, e depoimentos do



próprio Curió falam da execução de 41 guerrilheiros. Ou seja, quase 2/3 foram executados.

A outra coisa que eu queria dizer é que nessas buscas, porque a minha atuação é maior na busca. Meu companheiro é desaparecido. Então, eu estou sempre buscando e nessas buscas o que a gente vê é o seguinte, esses camponeses que foram colaboradores, eles desinformam a gente. Tem uma coisa que me deixa muito intrigada, porque os colaboradores que não participaram ao lado das forças armadas, eles dizem que depois do massacre até fins de 74. Então, uns falam em 75, outros falam em 76, outros falam um pouco mais. Houve a Operação Limpeza que cavou onde estavam as sepulturas e tirou os restos mortais. Que isso realmente existiu? Existiu porque nós encontramos uma dessas sepulturas que tinham restos de ossos, mas não tinham ossos longos, tipo fêmur, não tinha crânio e tinha projétil de armas militares, tipo fuzil. Então, isso existiu. Mas me chama atenção quando um ex-colaborador me diz o seguinte, fulano de tal foi enterrado em uma cova rasa porque a gente não tinha material para cavar, e veio tatu e cavou, e comeu, e tirou os ossos, e meses depois a gente viu os ossos espalhados. Nós achamos que isso é uma forma de falar da Operação Limpeza. Porque o que o tatu cavou e achou de desaparecido é impressionante. Só nós e o GTA que não acha. Aliás, nós achamos dois, porque a Maria Lucia e o Bérqson foram achados pelos familiares, e não pelo GTA. O Francisco Chávez nunca foi identificado porque nós não conseguimos achar a família dele, ele era um marinheiro que foi expulso da Marinha em 37 e a Marinha não fornece os seus documentos. Só recentemente que a gente pode ver na Isto É uma foto dele quando jovem, porque nem foto a gente conhecia.

Então, isso aí desse negócio aí que o tatu cavou, de local, eu acho que ainda falta muito para as forças armadas explicar para a gente que ela fez a Operação Limpeza, e para onde ela levou os restos mortais dessa Operação Limpeza. Porque eu acho que nós estamos cavando no lugar errado. Uma outra coisa que eu queria dizer é que nessas buscas que a gente faz, nós chegamos a um documento que chama ACE um número lá. ACE é Agência Central do SNI. Porque tem outras AC, a ACE é a central. Esse documento tem uma relação de pessoas, seriam todos relacionados à Guerrilha do Araguaia, e diz assim, fulano de tal morto em tal data, segundo informação de tal ACE, outra AC, sei lá, ACE.

Então, quando nós tivemos esse documento em mãos, é um documento inclusive cheio de falsidades, porque segundo esse documento, o Aluisio Nunes, Senador, morreu em 74 lá na Guerrilha do Araguaia. E tem outros, mas a data dos guerrilheiros bate com as informações que nós temos, não tem todos os guerrilheiros, e têm muitos nomes que nós não sabemos quem é. São camponeses do Araguaia? É uma dúvida.

Quando nós vimos esses documentos que estavam no arquivo nacional, nós pedimos o documento de referência, porque para cada guerrilheiro tem um documento de referência. Ninguém nos respondeu prontamente. Nós pedimos para o arquivo nacional, nós pedimos ao Ministério da Justiça, nós pedimos para a Juíza na sentença do Araguaia. Ninguém nos deu uma resposta escrita. Dizem o seguinte, não encontramos. Então, eu acho que essa Comissão devia formalizar os pedidos como Comissão da Verdade. Nós queremos os documentos referidos nesse, é claro que não nos interessa o documento referido que dá morte do Aluisio Nunes, está certo? Mas dos guerrilheiros e dos desconhecidos, porque esse que nós nunca ouvimos falar, podem ser os desaparecidos que nós nem sabemos que são. Então, esse é o meu pedido para a Comissão.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Você vai falar alguma coisa? Fala aqui.

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES** – Só quero lembrar o seguinte, que a Guerrilha do Araguaia é um episódio na história do Brasil que fizeram de tudo para apagar, é como se não existisse, desapareceram com os guerrilheiros e esse acontecimento histórico também não acontece. Ele não acontece nem por parte do Estado, nem no Judiciário. A Justiça Militar processou a ALN. Tem um processo do Partidão, tem um processo da Ação Popular, tem o processo do PCdoB, mas não tem o processo da Guerrilha do Araguaia. Então, o Exército, as forças armadas, a ditadura e o

Estado de São Paulo cometeu o maior crime que é apagar da história o movimento guerrilheiro, um movimento de resistência.

Quando eu vejo uma audiência pública dessa, eu vejo que isso tem que ser ressaltado, tem que ser lembrado, destacado. Tem que ser inserido na história oficial a Guerrilha do Araguaia. Houve um movimento de resistência, um movimento de luta, houve adesão enorme de camponeses, que ninguém, aliás, quem valoriza isso é o Curió, o Curió fala isso porque deu muito trabalho para eles essa luta. Mas a esquerda estar aqui na Guerrilha urbana, estar aqui no centro, porque o Brasil ser muito grande, ela ignorou, ela não tomou conhecimento, não valorizou. Eu acho que nesses anos todos, eu me lembro até pelo Comitê Brasileiro pela Anistia que está aqui o representante, o Ivan Seixas, como foi difícil a gente convencer aos nossos companheiros do Comitê Brasileiro pela Anistia que existia a Guerrilha do Araguaia. Eles achavam que nós estávamos ficando loucos. Vocês estão inventando agora uma Guerrilha, vocês não participaram da luta armada. Nós participamos da luta armada também, só que nós não participamos da luta na cidade. Nós participamos aqui no campo. E aquele campo era tão distante que ninguém e essa história ficou, é um incômodo, nós fomos sempre às conhecidas como chatas. Vocês ficam lembrando dessa Guerrilha do Araguaia, o que é isso? O que é essa Guerrilha? Eu acho que essa é a primeira questão. A segunda questão tem que reforçar e eu acho que nós vamos fazer essa audiência pública em abril, quando é a ocasião do aniversário da Guerrilha, é o contingente militar que foi colocado ali. É o contingente armado do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Fala-se até em 20 mil militares. Falam que a população daquela região era uma população escassa. 20 mil pessoas mais ou menos viviam naquela região. Porque aquela região era selva. Quer dizer, era quase que um militar para cada pessoa, e muito bem armado. Me ocorreu quando eu vi, eu me lembro da historinha da Maria Lucia Petit, lembro que está detalhado naquele momento da morte dela, que ela caiu e carregava uma capanginha. Ela tinha um revolverzinho 38 para enfrentar aquele Exército. Aquela menininha. Ela tinha uma sandália de pneu com nylon retorcido para amarrar aquela sandália. Ela tinha um bornalzinho para carregar uma escova de dentes com o cabo quebrado. Eram essas as propriedades da Maria Lúcia Petit que o Estado brasileiro a considera terrorista e assassina friamente. Ela é metralhada, executada a Maria Lucia. Então, quando você vê a tremenda covardia que foi feito lá, isso tem que ser registrado. Vamos lembrar de

Canudos, Cabanagem, outras formas que o povo brasileiro já adotou e lutou, essa Guerrilha do Araguaia também. Eu acho que esse heroísmo, essa ousadia e valentia desses, sete dezenas, enfrentar aquilo tudo.

Eu acho que tem que mostrar essas mulheres, porque se contar a história de cada uma dessas mulheres, e elas viraram mito não só na Guerrilha, eu fui torturada aqui em São Paulo. E eu me lembro muito bem dos militares, eles gritando comigo, vocês são, vocês tem essas carinhas (porque a gente tinha carinha de inocente mesmo, porque nós éramos juvenzinha, menininha, magrinha) vocês tem essas carinhas aqui, mas vocês estão lá na Guerrilha, até na Guerrilha vocês se meteram. Onde é que se viu botar mulher na Guerrilha. Eles gritavam isso me cobrando como se eu tivesse organizado a Guerrilha. Eles falavam isso com ódio, porque tinha mulheres na Guerrilha. Então, essas mulheres que aqui em São Paulo são quatro e que estão aí espalhadas pelo Brasil, também tem que ser lembradas. E por último eu queria lembrar, porque é uma coisa que me dói muito e dói ainda mais para a Criméia, e é até difícil de a gente colocar, mas provavelmente crianças nasceram naqueles cativeiros. Cativeros feitos com militares, como esse de Bacaba, e tinham outros que a gente ouviu camponeses contando que muitos guerrilheiros eram obrigados a cavarem a sua própria sepultura.

Eles cavavam sepultura e depois eram executados e o corpo era jogado lá dentro. Até isso a gente ouviu durante essas conversas. E guerrilheiros tiveram seus filhos ali dentro daqueles acampamentos, provavelmente, porque hoje a Folha de São Paulo registrou sete crianças que tinham nascido naquelas redondezas, naquele período, que são filhos de guerrilheiros e que foram adotados por pessoas da região, ou que os militares entregaram. Inclusive tem um caso que foi um delegado de polícia que adotou, que foi um militar que entregou para ele. Essas crianças até hoje não sabem essa história. Elas não sabem, elas não conhecem. Tem uma criança lá, a Lia, que ela é filha do Antonio Teodoro, que é um guerrilheiro, ela não sabe quem é a mãe, nós também não sabemos por que tinham várias guerrilheiras, então, eu penso, isso dói muito você ver as crianças tendo a sua infância roubada, sua vida, sua história. Eu acho que isso é cruel demais, muita covardia, é um absurdo. E acho que isso devia ser prioridade no cumprimento da sentença do Araguaia, no que o Estado de São Paulo deve ao povo brasileiro, à sociedade a explicação desses fatos, o esclarecimento, a verdade. E essas crianças devem ser prioridade.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Obrigado, Amelinha.

Petit, você quer completar?

**A SRA. LAURA PETIT –** Só com relação aos documentos que a Comissão da Verdade poderia pedir, apesar de que é sabido, o General Antonio Bandeira que já faleceu, ele tinha um baú, porque em 96 foi um jornalista, o Amauri Ribeiro Junior conseguiu que a filha colocasse a disposição desse jornalista algumas partes desses documentos que o General tinha na sua casa. Então, eu acho que ele já morreu, mas a filha deve estar com o baú dele completo. Não seria o caso de pedir? Porque agora, um caso recente lá em Porto Alegre, um ex-militar tinha na sua casa os documentos que esclareceram os últimos dias do Deputado Rubens Paiva. Outra coisa também, tem uma revista, História Imediata de 1978 quando começaram, quatro jornalistas fizeram uma entrevista com vários segmentos sobre a Guerrilha do Araguaia. E lá existia os nomes citados.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Você lembra o nome do jornalista?

**A SRA. LAURA PETIT –** A revista está aqui, eu posso até passar para vocês. Lá fala também que quem começou a comandar a parte militar no Araguaia foi o General Hugo de Abreu que é falecido. Anos depois, eu não me lembro em que jornal

eu li que ele tinha um arquivo com as operações militares que ficou com o filho dele. Parece que passa por herança os documentos militares. Ficou com o filho dele.

Eu não sei onde está o filho do General Hugo de Abreu, que depois dele teve o comando substituído por General Antonio Bandeira. Então, eu acho que também seria muito útil já que são figuras importantes no comando militar, nessa época, nessa região que estavam no planalto, também procurar esses documentos que estavam de posse do filho. E também aqui nessa revista que tem, é importante também porque se não me engano o General Hugo de Abreu declarou na época, porque ele foi entrevistado por um desses quatro jornalistas ou pelos quatro, e ele declarou que o comando militar da Amazônia tinha o relatório final feito em janeiro de 75. Quer dizer, onde está o relatório final de todas essas operações? O General Coronel Jarbas Passarinho que também foi Ministro de Educação durante a ditadura Médici, ele disse que não sabia de muita coisa, mas que o Jardim de Matos que era irmão do Ministro Deli de Matos tinha as informações também.

Então, apesar de ser antigo, passam os anos, vem a público e durante todos esses anos nada foi apurado. Então, eu acho que essas coisas existem sim, documentos, apesar de a Folha ter publicado que não sei quantos documentos do SNI terem sido incinerados, só sobraram 53, mas pode ser que muita coisa ainda esteja aí e que poderia ser pesquisado e levantado à verdade dessa época.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Obrigado. Era bom copiar, pedir uma cópia e encaminhar todos esses documentos para a Comissão Nacional e o arquivo nacional. Vê se dá para tirar uma cópia dessa revista da Petit.

Jamil.

**O SR. JAMIL MURAD** – Bem, eu queria cumprimentar a Comissão da Verdade aqui de São Paulo, com a Presidência do nosso companheiro, Deputado Adriano Diogo.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Desculpa, só um minutinho. Queria anunciar a presença da companheira Leci Brandão.

**O SR. JAMIL MURAD** – Nós queremos cumprimentar o ‘Vereador’ Adriano Diogo pelo trabalho realizado, sua assessoria, cumprimentar a todos que participaram fazendo depoimentos, os familiares, e aqueles que vieram aqui participar dessa importante sessão da Comissão da Verdade.

Em primeiro lugar eu gostaria de entregar essa publicação, o nosso partido, o PCdoB é responsável por essa publicação que está atualizada, e tem documentos e opiniões de quem participou da Guerrilha, assuntos debatidos. E inclusive aí tem o depoimento do Presidente do PCdoB na ocasião, João Amazonas, que ele fez um depoimento sobre a Guerrilha na Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados, então, aí tem documentos importantes e oficiais do partido que ajudou e organizou a Guerrilha. Nós queremos concordar que a ditadura fez de tudo para deixar a Guerrilha como um fato desconhecido. Como uma coisa que não teria acontecido. Mas nós também temos a satisfação de registrar que hoje a Guerrilha do Araguaia faz parte da história do Brasil. à história da resistência heroica de um povo contra o fascismo. A luta pela (ininteligível) dos direitos do povo. E hoje é dia sete de março, amanhã é dia oito de março, dia internacional da mulher. Então, é uma homenagem às mulheres brasileiras que ao longo da nossa história sempre participou, contribuiu com o desenvolvimento da defesa do Brasil, o desenvolvimento da nossa sociedade, a luta pelos direitos do povo. E a Maria Lucia Petit e a Helenira Rezende, a Luiza Garlippe e a Suely Kanayama são aqui de São Paulo, são heroínas do povo brasileiro, não são apenas heroínas do PCdoB, elas são heroínas do povo brasileiro. E que doaram suas vidas

muito jovens, inteligentes, como foi colocado aqui, desprendidas, colocaram a sua vida assim como outros companheiros e companheiras de outras organizações revolucionárias dedicaram a sua vida para a busca da democracia, e nós somos vitoriosos. Quer dizer, não adiantou melhorar a vida dela e a vida dos guerrilheiros, porque nós obtivemos a vitória. Obtivemos a vitória e mais do que isso, uma companheira que também foi guerrilheira e hoje é Presidente do Brasil, e que deu força a Comissão da Verdade. Constituiu a Comissão da Verdade e deu força a Comissão da Verdade. Agora, como foi dito aqui, são obstáculos enormes, porque na sociedade brasileira nunca houve uma punição aos de cima. Quer dizer, mataram Zumbi, esquartejaram, depois Tiradentes, depois Frei Caneca e assim por diante na nossa história vem da colonização que você tem que eliminar, matar, esquartejar, intimidar o povo. E o povo não se intimidou. O povo sempre se levantou. E o exemplo da Guerrilha do Araguaia é um exemplo de que jamais o povo brasileiro vai se dobrar a tirania, a opressão, a ditadura, o fascismo. Sempre vai buscar o caminho da solidariedade, do bem estar, de uma sociedade melhor. Então, nós queremos dizer que a eleição de um Presidente operário e depois de uma mulher, isso tudo faz parte dessa luta heroica, seja da Guerrilha do Araguaia, ou seja, de outras organizações que doaram a sua vida para a gente reconquistarem a democracia e uma sociedade brasileira melhor. Nós gostaríamos então, o PCdoB também, eu gostaria que ficasse registrado, Deputado Adriano Diogo, o PCdoB nós sempre prestamos essas homenagens aos guerrilheiros. Os familiares nem sempre puderam acompanhar isso. Sempre nas caravanas em busca dos desaparecidos. O Paulo Fontelis perdeu a vida como advogado assassinado no posto de gasolina na grande Belém, perdeu a vida porque ele era comprometido com a luta na busca da reforma agrária e comprometido com a busca das famílias.

Então, esses compromissos, quando nós conseguimos resgatar o despojo da companheira Maria Lucia Petit. A nossa direção nacional destacou a companheira Elza Monnerat, eu participei disso como Deputado estadual. Nós acompanhamos até a sua última morada na cidade de Bauru. Está aqui sua irmã, estava a sua mãe viva, estava o seu irmão que morava em Presidente Prudente, ainda mora lá. Quer dizer, esse é um compromisso. Nós temos militantes aqui que são jovens, têm militantes aqui com 18 anos de idade e são líderes estudantis.



Por que eles estão aqui? Eles estão aqui porque o nosso partido tem esse compromisso histórico. Isso é passado de geração para geração. Eles são heróis do nosso povo e nós vamos continuar essa luta pelo resgate, pela abertura de arquivo, pelo resgate da verdade e da justiça. E esses sacrifícios não dão resultado só aqui. Nosso grande comandante Hugo Chávez que faleceu, nossa homenagem a ele, o Ivo Morales, um indígena que hoje governa a Bolívia, o Presidente Correa do Equador, a América do Sul vai mudando. E a história dos guerrilheiros do Brasil vai surtindo efeito, vai tendo o desdobramento na efetivação do que eles desejavam. Nós não chegamos ao fim, nós estamos no começo, mas essa luta vai ser vitoriosa sem dúvida.

Gloria eterna as nossas companheiras guerrilheiras, guerrilheiros, eternos combatentes pela verdade, justiça e pelo, no nosso caso defendemos o socialismo. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Orlando Silva com a palavra.

**O SR. ORLANDO SILVA** – Bom dia a todos. Eu ouvi, Deputado Adriano Diogo as palavras do Jamil Murad. Já estava ousando declinar para usar o microfone porque eu acho que o Jamil foi muito feliz. O sentido da minha palavra aqui, como Presidente do PCdoB do Estado de São Paulo, agradecer ao Deputado Adriano Diogo pela iniciativa da Comissão da Verdade, pela militância na Comissão de Direitos Humanos junto com muitos companheiros aqui e que atuam no sentido de resgatar, restaurar a verdadeira história da luta política em São Paulo e no Brasil. muito do que eu diria o Jamil Murad falou, e creio que o Brasil dá passos à diante.

O Jamil faz referência a Nicole que está ali sentada e tem 18 anos. Ela começa jovem. As companheiras que se ergueram e lutaram como gigantes pelo reestabelecimento da democracia no Brasil. então, eu devo só Deputado, apenas

agradecer, dizer que o PCdoB através dos nossos Parlamentares se soma ao trabalho da Comissão da Verdade. Aí falando como Vereador, na tarde de ontem na Câmara Municipal nós reestabelecemos o trabalho da Comissão da Verdade no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo e o nosso esforço vai ser somar o plano municipal e estadual para que o Brasil dê passos à diante. Às vezes demora.

Eu me recordo à marcha da qual participei como Presidente da UNE no ano de 1995, a Brasília, em que milhares e milhares de homens e mulheres defenderam a história de Zumbi dos Palmares. Foram necessários 300 anos para que Zumbi dos Palmares fosse reconhecido como herói nacional. Eu me recordo já como (ininteligível) 100 anos depois do levante da Revolta da Chibata, 100 anos depois ainda havia resistência das forças armadas para reconhecer o valor e a importância de João Cândido. Digo isso porque por vezes leva algum tempo, mas a presença de gerações posteriores a de pessoas que estão aqui nessa sala que participaram da Guerrilha do Araguaia e participaram de outras formas de luta, a presença de pessoas de outras gerações futuras é sinal que a presença de nossas companheiras e companheiros do Araguaia seguirá a diante pelo reconhecimento histórico da presença deles, e pelo reconhecimento da história do nosso país. Então, Deputado Adriano Diogo parabéns ao Senhor, aos companheiros que compõem a Comissão da Verdade e a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Podemos ir para os finalmente?

**A SRA. CRIMÉIA ALMEIDA** – Eu quero informar só uma coisa aqui. É o seguinte, sobre a Guerrilha do Araguaia nós entramos, depois de várias tentativas que a Helenalda começou a dizer, nós começamos a tentar entrar com uma ação judicial no final de 79. Não foi aceita pelo Judiciário. Aí nós tentamos outra. Não foi aceita. Uma era pedindo ao Exército, outra era pedindo ao Presidente da República. Aí nós fizemos

uma ação contra a União. Não era nominada. Essa foi aceita em 82, foi julgada em 2007, até hoje não foi executada a sentença, está em processo de execução, e eu queria só colocar a seguinte questão. Em 85 nessa ação o Exército foi intimado a responder, antes de o Juiz aceitar, e o Exército respondeu que a Guerrilha do Araguaia não existiu. Quem disse isso foi uma Procuradora Militar que responde pelo Exército de nome Alice Canaã cujo nome é uma plaquinha na Procuradoria na República, na Brigadeiro Luiz Antonio, o nome dela está na plaquinha.

Alice Canaã que respondeu pelo Exército. Ela devia ser AGU, sei lá o que era. Então, em 85 a Guerrilha do Araguaia não havia existido dentro dos documentos oficiais. É só para esclarecer esse detalhe.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Companheiro Alcides Amazonas.

**O SR. ALCIDES AMAZONAS –** Bom, quero cumprimentar a todos, e só queria parabenizar o Deputado Adriano Diogo pela condução dos trabalhos da Comissão da Verdade, e que esse trabalho certamente vai ajudar a reescrever todo esse processo. Eu dizia a pouco na entrevista aqui, que alguns militares que ainda estão vivos, já vi algumas entrevistas dizendo que isso é uma página virada do nosso país. Muito pelo contrário. É uma página que está muito bem aberta e que não vai ser virada até que se esclareça tudo daquele período. Eu participei de uma entrevista de quando (ininteligível) e eu ficava sabendo por que eu perguntava, escuta, porque você não vai para a rua como eu, fazer o trabalho? Substituir a Polícia Militar. E ele dizia, porque nós somos proibidos, porque vamos ter que conversar com a população e tal. E isso não é bom, podemos ser reconhecidos e tal. Obviamente eu estou dizendo isso aqui, eu vim ganhar a consciência política algum tempo depois que eu vim para São Paulo, eu sempre fui aqui de São Paulo, mas eu fui para lá servir o Exército, porque fui para lá

passar com a família, me alistei e acabei sendo convocado. Depois eu voltei aqui para São Paulo e não tive mais contatos com nenhum daqueles amigos.

Eu estou contando essa passagem aqui para vocês verem que eu estive no Exército anos depois, e mesmo dentro do Exército eles eram proibidos, não falavam, mas eu conversei com alguns que trabalhavam no rancho e tal. E alguns trabalhavam no rancho porque tiveram que matar muita gente porque eram mandados, e isso certamente perturbou muita gente, e certamente isso trouxe grandes consequências para o desenvolvimento intelectual deles no futuro, creio eu.

Era só para ajudar.

**O SR. IVAN SEIXAS** – Eu queria falar o seguinte, esse depoimento que o Deputado Alcides Amazonas está prestando aqui, eu acho que é de uma importância muito maior do que ele mesmo está percebendo. Porque quando ele diz que as tropas do Exército faziam papel de Polícia Militar e os que tinham reprimido não podiam botar a cara porque seriam reconhecidos, tem duas informações aí. A primeira é que o Exército era uma tropa de ocupação fazendo o policiamento para aquela população não esquecer o que aconteceu. E segundo que essas tropas de ocupação que fizeram a repressão da Guerrilha do Araguaia, tinham de ser reconhecidas. Isso daí eu acho que é muito importante, eu acho que a gente devia inclusive conversar sobre isso aí, para esse depoimento ser mais, e ser mais detalhado, porque eu acho de suma importância uma audiência pública com o seu depoimento. Queria lhe convidar, porque eu acho que é muito importante, muito grave essa informação.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Assim como o companheiro de Jundiá, o sobrinho neto do Jânio Quadros, ele servia em um batalhão em Jundiá, por isso ele está insistindo tanto para a gente fazer uma audiência pública lá com o Pedrinho Bigardi em Jundiá, porque ele quer trazer todo o pessoal do batalhão

que ele serviu, para falar o que eles sabem, o que eles viram, porque o pessoal de Jundiá foi até o Vale da Ribeira. Mas eu preciso me organizar.

Primeiro é o seguinte, já que está todo o pessoal do PCdoB aqui hoje, importantíssimo, Koba, põe uns desses cartazes do Vanucchi aqui na mesa, eu só quero fechar porque eu também estou até zozado, não tenho condições, mas nem de presidir. A Leci Brandão, eu vou fazer uma referência a ela. Deixa eu me organizar aqui porque senão não consigo fechar.

Pessoal, a Comissão da Verdade do Brasil, eu tenho até dificuldade e vou falar com bastante cuidado para não cometer nenhuma derrapagem.

A Comissão da Verdade brasileira só foi instalada porque os familiares do Araguaia conseguiram uma sentença, toda vez que tem esses termos jurídicos eu me atrapalho, mas eu vou falar do meu jeito. A Comissão da Verdade brasileira só foi instalada, o Governo brasileiro foi incitado, para não dizer, foi pressionado ou foi obrigado a instalar a Comissão da Verdade, porque a sentença que foi proferida na Corte Interamericana da OEA, por causa que o Estado brasileiro não investigou e não assumiu a Guerrilha do Araguaia, o Estado brasileiro foi condenado a investigar a Guerrilha do Araguaia.

Como consequência política, lógico que dentro do Governo tinham tensões, a favor e contra, tinha um grupo que era ligado à esquerda, gente que era favorável, mas o Estado brasileiro não queria instalar a Comissão da Verdade.

Então, foi o trabalho de todos vocês, dos vários grupos que reivindicavam a memória do Araguaia, que a Comissão da Verdade existe. Tanto é que nós estamos tentando publicar aqui pela Assembleia Legislativa, pela Comissão de Direitos Humanos e pela Comissão da Verdade a sentença do Araguaia, porque ninguém fala isso. E só para que todo mundo tenha a ideia da gravidade, também vou tomar cuidado para falar porque senão conta contra mim, o Paulo Vanucchi, ao sair do Ministério dos Direitos Humanos foi indicado para pertencer a Corte Interamericana, e por causa desse problema da sentença e uma outra decisão sobre Belo Monte, o Brasil criou a representação oficial na Corte Interamericana em retaliação a Corte. Olha a gravidade.

O Governo brasileiro não tem representante junto a Corte Interamericana da OEA, em retaliação.

Bom, porque eu estou falando isso? Primeiro para ressaltar a importância do trabalho do fato Guerrilhas do Araguaia na recomposição do tecido político brasileiro, da história política brasileira, inclusive na Comissão da Verdade. Agora, o que a Laura Petit, a Criméia e todo mundo tenta dizer aqui? Cria-se a Comissão da Verdade, mas não se dá condições para ela trabalhar. Porque por mais que façam movimentos, testemunhais e a nossa Comissão se insere nesse movimento. E ontem vocês lá na Câmara ontem conseguiram reestabelecer a Comissão da Verdade, parabéns. Embora você não tenha sido devidamente reconhecido, nem você nem o Ítalo, infelizmente, e aquela companheirinha que está lá de óculos, companheirinha Lucia Rodrigues que acabou de ser demitida por motivos políticos, porque ela registrou o trabalho daquele Senhor que é contra a Comissão da Verdade.

A Lúcia Rodrigues foi vítima do cara que eu não vou dar o nome aqui porque senão mistura todas as estações, o cara que faz mais antagonismo a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão da Verdade. Então, pessoal, para completar, tem uma companheira, uma irmã, uma Deputada chamada Leci Brandão, que pode não ser muito da política e esse negócio todo, mas ela é o maior esteio que nós temos na Comissão de Direitos Humanos porque toda vez que a gente faz alguma coisa da Comissão de Direitos Humanos e os caras aqui veem para cima, a Leci Brandão fala, alto lá. Vá devagar com o andor. Vá de retro satanás.

E para cima de mim eles até vem. Mas quando ela põe a mão junto, vem um respeito. E eu não estou falando por rasgarão de seda, porque por todo o nome dela, a vida dela, embora ela não seja a profissional da política, ela põe um respeito aqui. Então, porque eu estou falando tudo isso? O PCdoB, por conta de proporcionalidade, número de Deputados, não teve assento na Comissão da Verdade. Por mais que o Eliseu e a Deputada reivindicassem, o PCdoB por ter um número pequeno de Deputados, não teve na fração e na proporcionalidade. Mas é muito importante que vocês estejam conosco aqui hoje.

Porque como o Pedrinho Bigardi tinha todo esse negócio voltado para Jundiá e agora veio Amazonas, o corpo está mais completo, não era a Leci praticamente

(ininteligível) e o Prêmio tem o nome da mulher do Marco Aurélio Garcia, a Beth Lobo, que foi assassinada junto com a Margarida Alves lá no nordeste. E depois, a última referência ao PCdoB. O processo do Alexandre Vanucchi foi todinho relatado pelos companheiros do PCdoB que estavam lá. Então, toda a memória na auditoria militar quem fez, quem viu o Alexandre ser morto lá pelo Ustra dentro da Oban, foi o PCdoB.

Então, Jamil, eu te convido para que vocês, vai ter um ato na Geologia na hora do almoço, do reconhecimento da morte do Alexandre e do Reinaldo Queiroz, e às 18 horas o Dom Angelico vai celebrar na catedral um ato ecumênico lembrando o que aconteceu há 40 anos atrás.

Eu preciso encerrar. Mas a gente, dá uma palavrinha. Eu ia fechar. Lucia Rodrigues.

**A SRA. LUCIA RODRIGUES** – É que você falou que foi por motivos políticos, assim, eu não sei por que eu fui demitida porque não me apresentaram motivos. Eu simplesmente o Paulo Salvador foi à rádio, falou para eu acompanhá-lo, e quando eu estava subindo as escadas, no estacionamento, eu era jornalista e repórter da rádio Brasil Atual, e cobria, já entrevistei Leci Brandão sobre as cotas, já entrevistei quase todas as pessoas que estão nessa mesa e parte das pessoas que estão na plateia. E foi ao ar na manhã de terça-feira uma matéria. Eu fiz uma investigação e descobri que o Telhada empregava um parente, um primo e dois financiadores da campanha dele. Eu fiz um cruzamento, peguei os dados no TRE e fiz um cruzamento com os dados abertos da Câmara Municipal, fiz o cruzamento e vi que um cara que tinha doado quase 40 mil reais estava recebendo um salário de quase 21 mil por mês. Em janeiro ele recebeu mais de 21 mil. E o outro que tinha doado quase 19, estava com um salário de quase 18, um pouquinho menos. E aí eu fui lá à Câmara Municipal para entrevistar o Telhada. Bati na porta do gabinete, falei com o assessor de imprensa, esperei um pouco e ele me recebeu.

Entrevistei, lá pelas tantas ele fez uma ameaça direta, está gravado, depois eu gostaria de passar aos Deputados à entrevista na íntegra que é de quase duas horas e ele fala, não vou reproduzir exatamente o que ele fala, mas foi mais ou menos assim, olha,

vê lá o que você vai publicar. A paulada vai vir na mesma intensidade e no mesmo ritmo. E eu falei, que paulada, Coronel? Bom, isso eu vou ver, não sei o que você vai publicar.

Eu coloquei a matéria no ar, saí de lá de tarde, no dia seguinte eu publiquei a matéria, e a assessoria de imprensa ligou para a rádio para ver se eu queria voltar, para eles dizerem que aqueles dados que eu tinha conseguido no TRE eram sessões de veículos, que os dois funcionários concederam veículos e aquele dinheiro que estava computado na declaração do TRE era relativo à sessão de veículos.

Eu liguei para o Juiz José Rodrigues Torres, e ele disse que não tem diferença nenhuma. Independe se é em panfleto, se é em dinheiro. Bom, e a matéria foi ao ar. Na tarde, o Paulo Salvador que é o coordenador da rádio Brasil Atual foi até a rádio, eu estava na minha mesa e estava até telefonando para o pessoal da FUP, que ia fazer uma matéria sobre a Petrobras, e ele falou, você pode me acompanhar, e eu falei, posso. Quando estávamos quase no estacionamento ele me falou, você está demitida. E eu perguntei por que, ele falou que não ia falar. E eu falei que ninguém era demitido sem saber o porquê. Eu não vou te falar, você está demitida. Eu perguntei de quem foi à decisão. Ele falou que foi dele, e eu falei obrigada. Desci e fui pegar as minhas coisas. E assim, eu não sei qual é o motivo, Adriano Diogo. Eu só queria deixar isso bem claro para vocês, isso é um processo. O Telhada ontem fez um post, eu não tinha nem visto ainda porque não tinha entrado no face dele, dizendo que tinha sido vítima de ataques, e era mentiras, que estavam tentando atingi-lo. E aí já tem os seguidores dele dizendo, dá o nome desse pilantra, Coronel, use as práticas da ROTA, caveira nele.

Então, eu quero que fique bem claro, eu vou sair daqui e vou ao Sindicato dos Jornalistas formalizar uma denúncia. Eu vou falar com o Floriano Pesaro que estudou comigo na USP. Eu fui (ininteligível) para a luta do povo brasileiro. Obrigada.

**O SR. JAMIL MURAD** – O que eu sugeri a ela é o seguinte, para isso ser encampado pela Comissão de Direitos Humanos, e tem a Comissão de Trabalho também da Assembleia Legislativa e da Câmara Municipal de Vereadores, como



instrumentos legais para defender, colocar o problema da readmissão dela, a gente travar essa luta em um nível para vencer.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Eu vou passar a palavra para a Deputada Leci Brandão, mas eu vou consultar o pessoal da organização do Prêmio Beth Lobo embora você não está citada aqui, eu vou consultar o pessoal que está organizando, nós vamos fazer no ato, no dia 11 um desagravo a você, Lucia.

Deputada Leci Brandão com a palavra.

**A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB** – Deus abençoe e proteja a todos. Eu queria cumprimentar o Deputado Adriano Diogo, esse excelente Presidente da Comissão de Direitos Humanos, nosso Presidente Municipal do PCdoB, Dr. Jamil Murad, meu companheiro de luta aqui na Assembleia Legislativa, nosso querido Deputado Alcides Amazonas, companheiro do PCdoB, companheiras e companheiros, camaradas, famílias dessas mulheres.

Tem umas coisas que estão acontecendo comigo aqui na Assembleia Legislativa que eu fico aqui me beliscando e dizendo, o que é isso. E agora eu tenho o privilégio de estar sentada aqui e também entender algumas coisas que se passaram na minha vida, mas como eu não tinha nenhuma noção política e nem venho de família de militância e nem nada disso, a gente não consegue entender algumas coisas. Em 1968 eu fui cantar em um programa de televisão chamado A Grande Chance, isso no Rio de Janeiro. As coisas se passaram no mês de dezembro, eu entrei para a Universidade Gama Filho que era dirigida pelo Ministro Gama Filho e pelos seus filhos, e fui trabalhar no departamento de pessoal. Quem trabalha no departamento de pessoal tem acesso a todos os funcionários da universidade. E eu me lembro de que no ano de 69 vários Professores foram demitidos. Da engenharia, medicina, de várias faculdades. E aí eu falei, mas porque tem tanto Professor recebendo demissão?

E aí o tempo passou, eu não tinha noção nenhuma de nada. E eu fiquei sabendo que esses Professores demitidos e acredito até que alguns sumiram, é porque eles falavam em salas de aula sobre o que estava acontecendo no Brasil. só que essas salas tinham espiões. E esses espiões entregavam para a diretoria e até gravavam o que esses Professores falavam e esses Professores foram demitidos. Eu só fui entender isso muito depois.

E por que eu fui entender isso muito tempo depois? No meu tempo de compositora, quando eu comecei a fazer música em 64 e tal, eu lembro que em 69 eu tive músicas que foram censuradas. E eu não entendia porque que tinham sido censuradas. Aí depois as pessoas foram explicando. Você faz música de protesto, eu não sabia o que era protesto, eu fazia as músicas naturalmente, da minha cabeça. Falava de pobre, de negro, suburbano e enfim, da luta de pobreza. Aí eu fui abençoada na época pelo Sérgio Cabral pai, pelo Jaguar, que eram as pessoas que escrevia no Pasquim. Aí eu fui fazer uma matéria no Pasquim. Aí disseram assim, você vai fazer matéria para o Pasquim, você vai entrar na lista. E eu falava, que lista? Eu não entendia absolutamente nada disso. E confesso, dá até para entender porque eu resolvi me filiar ao PCdoB. Porque eu sempre cantei para os Partidos de esquerda. Eu sempre acompanhei todos os processos políticos e democráticos nesse país. Diretas, demarcações das terras indígenas, lutas das mulheres, dos negros, enfim, eu sempre cantei para todo mundo. Mas isso do meu sentimento, da cidadã. Sempre fiz letras que abordassem esses temas. E por que eu estou contando tudo isso? Eu não vim antes porque eu estava lá na Prefeitura, porque hoje foi homenagem pelo dia da mulher que acontece amanhã, e a Secretária das mulheres fez algumas transversalidades com algumas Secretarias e foram assinados alguns acordos importantíssimos para as mulheres. E falou-se muito na palavra violência. A pauta da discussão amanhã na Praça da Sé vai ser a questão da violência. E aí eu fico pensando o seguinte, a gente reclama, fica triste, ficou fora da lista há cinco anos, (ininteligível) cotidianamente, aí você se depara com a história da Helenira, da Luiza, da Lucia, da Sueli, que lá atrás por lutarem pelos direitos, lutarem pelo socialismo, foram assassinadas de forma covarde e forma cruel. Essas mulheres foram mulheres de coragem, mulheres que tiveram a consciência política e que não estão hoje vivas para poderem continuar lutando. A gente pensa que a nossa dificuldade é muita. E quando você se depara com a realidade que aconteceu com essas mulheres do

Araguaia, que coincidentemente eu sou desse Partido, eu fico pensando, essas pessoas não são de nada, não sabem o que é sofrimento, não sabem o que é esse partido e a luta que ele enfrentou nesses 90 anos, vai fazer 91 anos, tiveram. O que a gente passa hoje, eu estou dizendo com muita segurança isso aí, é fichinha.

Um aplauso à memória dessas mulheres. Muito obrigada Amelinha, pela aula que você nos deu.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Pessoal, a sessão está encerrada. Obrigado.

\* \* \*